

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Carla Mariane Rohr Marques

**O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO INSTITUTO ESTADUAL  
DE EDUCAÇÃO ÉRICO VERÍSSIMO DE TRÊS PASSOS-RS E A  
EDUCAÇÃO POPULAR: UMA PROPOSTA**

Três Passos, RS  
2018

**Carla Mariane Rohr Marques**

**O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO INSTITUTO ESTADUAL DE  
EDUCAÇÃO ÉRICO VERÍSSIMO DE TRÊS PASSOS - RS E A EDUCAÇÃO  
POPULAR: UMA PROPOSTA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Fabiana Regina da Silva

Três Passos, RS

2018

**Carla Mariane Rohr Marques**

**O PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO DO INSTITUTO ESTADUAL DE  
EDUCAÇÃO ÉRICO VERÍSSIMO DE TRÊS PASSOS-RS E A EDUCAÇÃO  
POPULAR: UMA PROPOSTA**

Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização em Gestão Educacional  
(EaD), da Universidade Federal de Santa  
Maria (UFSM, RS) como requisito parcial  
para obtenção do grau de **Especialista  
em Gestão Educacional**.

**Aprovado em 29 de Junho de 2018:**

---

**Fabiana Regina da Silva, Ma. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Bruna Dalcin Gattiboni, Ma. (UFSM)**

---

**Marlize Dressler, Ma. (UFSM)**

Três Passos, RS  
2018

## RESUMO

### O PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ÉRICO VERÍSSIMO DE TRÊS PASSOS-RS E A EDUCAÇÃO POPULAR: UMA PROPOSTA

AUTORA: Carla Mariane Rohr Marques  
ORIENTADORA: Fabiana Regina da Silva

No presente trabalho realiza-se uma discussão teórica em torno do Projeto Político-Pedagógico, Gestão Escolar e Educação Popular. A partir desta perspectiva analisa-se as influências do Neoliberalismo sobre a legislação, a qualidade da escola pública, bem como as contribuições advindas da Educação Popular para as escolas brasileiras. Sobre esta base efetua-se a análise do Projeto Político-Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo de Três Passos – RS e identifica-se a presença dos pressupostos da Educação Popular. Detectou-se que o mesmo está desatualizado, possui vários elementos constituintes do Regimento Escolar, lacunas quanto ao diagnóstico, ênfase em atividades rotineiras, no entanto distinguiu-se nos objetivos da escola - a concepção de sociedade, pessoa, educação, aprendizagem – elementos de um Projeto Político- Pedagógico. Percebeu-se que o documento traz presente de forma significativa, as categorias fundamentais da Educação Popular, entretanto nas partes teóricas do documento aparecem contempladas e nas partes práticas surgem como parcialmente contempladas indicando uma contradição na relação teoria e prática. A partir das potencialidades e limitações encontradas elaborou-se uma proposta para construir/reconstruir o Projeto Político-Pedagógico da instituição. Nas considerações finais, destacou-se as deficiências na gestão escolar e na gestão educacional – co-responsáveis no cumprimento da legislação, a importância do planejamento participativo baseado nos princípios da Educação Popular para alcance da autonomia escolar.

**Palavras - Chave:** Projeto Político Pedagógico. Gestão Escolar. Educação Popular.

## ABSTRACT

### EL PROYECTO POLÍTICO- PEDAGÓGICO DEL INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACIÓN ÉRICO VERÍSSIMO DE TRÊS PASSOS-RS Y LA EDUCACIÓN POPULAR: UNA PROPUESTA

AUTORA: Carla Mariane Rohr Marques  
ORIENTADORA: Fabiana Regina da Silva

En el presente trabajo se realiza una discusión teórica en torno al Proyecto Político-Pedagógico, Gestión Escolar y Educación Popular. A partir de esta perspectiva se analizan las influencias del Neoliberalismo sobre la legislación, la calidad de la escuela pública, así como las contribuciones provenientes de la Educación Popular para las escuelas brasileñas. Sobre esta base se efectúa el análisis del Proyecto Político-Pedagógico del Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo de Três Passos – RS y se identifica la presencia de los presupuestos de la Educación Popular. Se ha comprobado que el mismo está desactualizado, posee varios elementos constituyentes del Reglamento Escolar, lagunas en cuanto al diagnóstico, énfasis en actividades rutinarias, sin embargo se ha distinguido en los objetivos de la escuela - la concepción de sociedad, persona, educación, aprendizaje – elementos de un Proyecto Político- Pedagógico. Se percibe que el documento trae presente de forma significativa, las categorías fundamentales de la Educación Popular, entretanto en las partes teóricas del documento aparecen contempladas y en las partes prácticas surgen como parcialmente contempladas indicando una contradicción en la relación teoría y práctica. A partir de las potencias y limitaciones encontradas se elaboró una propuesta para construir/reconstruir el Proyecto Político-Pedagógico de la institución. En las consideraciones finales, se destacaron las deficiencias en la gestión escolar y en la gestión educativa – corresponsables en el cumplimiento de la legislación, la importancia de la planificación participativa basada en los principios de la Educación Popular para el alcance de la autonomía escolar.

**Palabras - Llave:** Proyecto Político Pedagógico. Gestión Escolar. Educación Popular.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
1.1	ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	8
<b>2</b>	<b>PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO POPULAR</b> .....	11
2.1	POLÍTICA NEOLIBERAL, LEGISLAÇÃO E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	11
2.2	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: COMPROMISSO COM A ESCOLA E EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE.....	13
2.3	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PRODUZIDAS PELAS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR.....	17
2.4	A ESCOLA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO POPULAR.....	21
<b>3</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	25
3.1	BREVE DESCRIÇÃO DO CENÁRIO DA PESQUISA.....	25
3.2	POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UMA PROPOSTA DE AÇÃO.....	27
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	46
	<b>APÊNDICES</b> .....	52
	<b>APÊNDICE A</b> .....	53
	<b>APÊNDICE B</b> .....	62



## 1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios que o século XXI apresenta para a escola é a aprendizagem inclusiva caracterizada pela diferenciação, por outra organização escolar e outra forma de trabalhar dos/as professores/as, promovendo desta maneira um salto de qualidade na educação. No Brasil, depende do alcance da qualidade da educação a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento das comunidades, uma população proativa e cidadã e sua obtenção passa por mudanças não somente nas práticas pedagógicas, mas nas concepções orientadoras das mesmas.

Portanto, a gestão educacional aqui, compreendida como a área responsável por sustentar e dinamizar os sistemas de ensino (Federal, Estadual ou Municipal) através de políticas públicas e normatizações – dimensão macro - que servirão de base à gestão escolar. Esta última, abrangendo o trabalho pedagógico, administrativo e financeiro em articulação com a comunidade escolar de uma unidade educativa – dimensão micro – são relevantes para a determinação de um novo destino a educação brasileira com base a uma visão de conjunto, orientação estratégica do futuro e mobilização de pessoas articuladas em equipe.

Segundo a legislação em vigor em nosso país, a gestão das escolas públicas deve ser democrática tendo por objetivo promover a participação consciente e comprometida de todos/as envolvidos/as – gestores/as, alunos/as, professores/as, pais e comunidade local mediante a elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, o compartilhamento do poder por meio da tomada de decisões coletivas.

O Projeto Político-Pedagógico é considerado um dos mecanismos da Gestão Democrática do ensino público, espaço privilegiado para a escola pública definir seus objetivos, sua organização e forma de gestão garantindo desta feita uma escola que responda aos interesses de seu público e do público em geral.

A ideia de construir uma proposta de ação a partir dos conhecimentos e das experiências da Educação Popular a ser empregada na construção/reconstrução do Projeto Político-Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo localizado no município de Três Passos/RS surgiu de uma necessidade pessoal de

inteirar-se da realidade educacional brasileira, depois de oito anos ininterruptos trabalhando em Angola.

Também esteve relacionada à curiosidade que foi surgindo a partir dos textos lidos, refletidos e debatidos durante o curso sobre o tema, os relatos dos/as colegas sobre as dificuldades encontradas na construção, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico nas escolas que trabalham, fez-me perceber que havia espaço para contribuições.

A escolha do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo como instituição educacional para realizar a pesquisa de campo relaciona-se com a formação inicial recebida na mesma. Fui estudante do Curso de Magistério (1996-1999), no qual tive contato com as obras de Paulo Freire e a oportunidade de aplicar no Estágio Supervisionado suas ideias pedagógicas.

A Educação Popular tornou-se uma marca irreversível na minha trajetória profissional, boa parte dos 15 anos de experiência que possuo foram dedicados ao trabalho em periferias de capitais brasileiras como Goiânia e Belo Horizonte em Projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos, movimentos sociais e grupos de direitos humanos e em Angola na constituição de uma escola em um antigo campo de refugiados de guerra.

Atualmente estou impossibilitada pela legislação brasileira de exercer o magistério por ter graduado-me em Pedagogia pela Universidade Katyavala Bwila – Benguela/Angola. O processo de revalidação do diploma encontra-se em andamento na Universidade Federal de Santa Maria/RS.

A realização deste trabalho se justifica na medida em que procura aprofundar aspectos relevantes do Projeto Político-Pedagógico. Surgido em meio ao avanço das políticas neoliberais apresenta-se por vezes como uma técnica de gestão utilizada para atenuar conflitos em vez de um espaço de tomada de decisões. Nesta perspectiva a Educação Popular pode vir a constituir para a escola pública brasileira uma das formas de resistência à transmissão dos valores dominantes ditados pelos preceitos neoliberais, estabelecendo-se para além do campo teórico, uma prática alicerçada na conscientização e intervenção na realidade, bem como colaborar para que o Projeto Político-Pedagógico seja expressão não somente da autonomia da escola, mas também um espaço social que possa cooperar na formação de sujeitos

sensíveis e atuantes nas questões sociais e na ampliação da participação, e consequentemente da democracia.

Com base na justificativa colocou-se o seguinte problema de investigação: *Em que medida os conhecimentos da Educação Popular podem ser utilizados na construção/reconstrução do Projeto Político-Pedagógico para a Gestão Escolar democrática do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo situada no município de Três Passos/RS?*

O objetivo geral que orientou a pesquisa foi: Elaborar uma proposta de ação que contemple a utilização dos conhecimentos da Educação Popular na efetivação da Gestão Escolar democrática a partir da construção/reconstrução do Projeto Político-Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo/ Três Passos/RS, enquanto os objetivos específicos foram:

- Descrever a trajetória história da escola a partir de seu local de inserção;
- Analisar o Projeto Político-Pedagógico existente e relacioná-lo com o referencial teórico da Educação Popular construindo uma proposta de ação;
- Tecer reflexões conceituais sobre Gestão Escolar, Educação Popular e Projeto Político-Pedagógico;

### 1.1 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O presente estudo, quanto aos objetivos a alcançar, enquadra-se em uma pesquisa descritiva. Este tipo de pesquisa procura descrever as características de determinada população através da observação, registro, análise, classificação e interpretação de fatos (RODRIGUES, 2007).

Em termos de abordagem, empregou-se a abordagem qualitativa, que procurou enfatizar a compreensão e a descrição da realidade social, as interações sociais e seus significados, a interpretação da realidade segundo as perceptivas dos atores sociais (BOGDAN E BIKLEN, 1994 apud SILVA, 2011).

Ainda esta pesquisa quanto aos procedimentos, buscou uma aproximação e entendimento da realidade a investigar fornecendo subsídios para uma intervenção no real (FONSECA, 2002, apud GERHARDT E SILVEIRA, 2009) através da:

- a) Pesquisa bibliográfica na qual realizou-se uma análise de documentos impressos como livros, documentos eletrônicos sobre Projeto Político-Pedagógico e a Educação Popular reconstruindo ideias sob um novo enfoque (SEVERINO, 2007).
- b) Pesquisa documental, que consistiu na compreensão e na análise de documentos que ainda não receberam tratamento científico, o que denomina-se de fontes primárias (MARCONI E LAKATOS, 2010). Em nosso caso específico, realizou-se a análise da versão atual do Projeto Político Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo/ Três Passos/RS.
- c) Análise de conteúdo - tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. Também pode servir a outros propósitos como: auxiliar na identificação das intenções e outras características dos comunicadores, identificar o status de pessoas ou de grupos; revelar atitudes, interesses, crenças e valores dos grupos entre outros (GIL, 2009). Neste trabalho, fez análise do Projeto Político-Pedagógico da instituição escolar em questão a partir da coerência interna e da estrutura básica defendida pelos/as pesquisadores/as da área para este documento, bem como, identificou-se o nível de presença dos pressupostos da Educação Popular no referido documento.

O trabalho está organizado em: Introdução, onde apresenta-se a problemática, objetivos, justificativa e a perspectiva metodológica utilizada; Fundamentação teórica sob o título Projeto Político-Pedagógico, Gestão Escolar e Educação Popular no qual aborda-se a influência da política neoliberal sobre a legislação e o Projeto Político-Pedagógico enquanto compromisso com a escola pública de qualidade, bem como discute-se as principais contribuições produzidas pelas experiências da educação popular e sua aplicação na escola pública; Análise e Discussão dos resultados, onde faz-se uma breve descrição do cenário de pesquisa e apresenta-se uma proposta de ação a partir das potencialidades e limitações do Projeto Político-Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo.

Destaca-se, no entanto que este trabalho é de caráter inicial, podendo apresentar lacunas por não aprofundar questões relacionadas à realidade

comunitária e escolar, a perspectiva de todos/as atores escolares em relação ao tema tratado, a compreensão dos canais de participação existentes na escola e seu funcionamento.

No projeto original estavam previstos outros procedimentos como: análise das atas das reuniões do Conselho de Escola, da Direção, do Grêmio Estudantil e Associação de Pais, Regimento Escolar, dados - sobre evasão e repetência da referida instituição; questionário aplicado aos/as alunos/as, entrevistas semiestruturadas com representantes das organizações comunitárias e escolares e narrativa autobiográfica com os/as professores/as, não sendo possível a sua realização, pois, o período para elaboração e defesa foi bastante, curto associado ao pouco tempo disponível.

## **2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO POPULAR**

### **2.1 POLÍTICA NEOLIBERAL, LEGISLAÇÃO E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.**

A expansão do capitalismo trouxe consigo o aparecimento de um novo tipo de Estado denominado Neoliberal, o mesmo surgiu a partir de 1970 nos países desenvolvidos, e, em 1990 no Brasil (ZANARDI, 2006 apud SOUZA, 2009). O Neoliberalismo, segundo Menezes (2017) caracteriza-se pela implementação de um Estado Mínimo, ou seja, a redução dos gastos públicos para os níveis mais baixos possíveis evocando a premissa – o mínimo de direitos sociais e o máximo de direitos privados. Observa-se também a retirada da influência do Estado sobre a economia, significando privatizações estatais, diminuição das políticas públicas portanto, acontece a precarização do Estado que passa a transferir suas responsabilidades para sociedade.

As políticas neoliberais atribuem à educação um papel estratégico estritamente ligado à formação da mão de obra qualificada, apta para competir no mercado (MARRACH, 1996 apud SILVA, 2010). Portanto, “vê a educação essencialmente como imperativo de crescimento econômico e como instrumento de manutenção do modelo capitalista (THIESEN, 2014, p. 193).

Concretamente, conforme Menezes (2017) as políticas neoliberais são sentidas no contexto educacional através da homogeneização dos conteúdos, políticas de avaliação nacional, descentralização das ações e concentração de decisões, formação técnica com o intuito de formar trabalhadores adaptáveis às rápidas mudanças do mundo globalizado.

Nesta perspectiva, o Estado, segundo Sulzbach (2012, p.29), “adotou um novo papel: o de regulador e avaliador, aquele que define as grandes orientações e alvos a atingir”, através da lógica da padronização, do ranqueamento, disseminação de diretrizes curriculares oficiais mediante discursos liberais com tonalidade democrática (THIESEN, 2014).

Como já fora mencionado anteriormente, no Brasil, as reformas neoliberais iniciaram-se na década de 90, coincidindo com o processo de redemocratização que contou com a participação expressiva de vários setores da sociedade civil na defesa de um projeto democrático de sociedade. Deste modo, como afirmou Sulzbach

(2012, p.30) a Constituição Federal de 1988 foi “tecida no contexto de abertura democrática, mas costurada com os fios da onda neoliberal”.

A Constituição de 1988 garantiu no Art. 206, inciso VI, a gestão democrática do ensino público, na forma da lei, sendo fruto da expressiva contribuição do movimento de educadores, pois entre as suas reivindicações constava a democratização da gestão escolar e a autonomia das escolas (SULZBACH, 2012) confluindo com um contexto em que as respostas à crise do capitalismo implicam no redimensionamento das políticas educacionais (VIEIRA, 2006 apud DRABACH E MOUSQUER, 2009) que são

[...] concebidas e difundidas através de mecanismos multilaterais de concertação política e financiamento internacional protagonizados por representantes governamentais sem a participação efetiva dos atores sociais que atuam em nossas escolas, universidades e sistemas de ensino. (SANDER, 2001, p.275).

Com bases alicerçadas na Carta Magna de 1988 elaborou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, a qual

[...] resultou de intensa luta parlamentar e extra parlamentar. Entidades da sociedade, com interesses diversos, porém convergentes em relação à defesa do ensino público e gratuito, se reuniram em vários momentos, criando versões de uma LDB de seu agrado. Todavia, a LDB resultante não foi esta, mas uma mescla entre o projeto que ouviu os setores da população e o projeto do Senador Darcy Ribeiro. É certo que a influência do segundo projeto sobre o primeiro foi preponderante. (GHIRALDELLI JR., 2009, p.170 apud SULZBACH, 2012, p. 32).

A nova legislação reiterou a gestão democrática do ensino público – art. 3º, inciso VIII, também assegurou a autonomia pedagógica, administrativa e financeira gradativa das unidades de ensino (art. 15º). A elaboração e a execução do Projeto Político-Pedagógico por cada escola passou a ser uma exigência legal como consta nos seguintes artigos

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar a proposta pedagógica; [...]

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; [...]

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:  
I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;  
II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Segundo Souza (2009), a partir deste momento regulamenta-se a obrigatoriedade das escolas desenvolverem seus Projetos Políticos-Pedagógicos com a participação de toda a comunidade educacional, garantindo a sua coerência com a realidade socioeconômica do local de inserção da escola objetivando propiciar melhores condições de aprendizagem aos/as alunos/as. Porém, o cenário permeado pela afirmação da democracia e pela questão econômica – neoliberalismo – determinou mudanças na gestão da educação e na autonomia das escolas (SULZBACH, 2012) criando uma realidade contraditória entre o legislativo e as práticas/políticas educativas.

Todavia, as escolas tem assegurado por lei a possibilidade de elaboração do Projeto Político-Pedagógico, o qual pode contribuir para a conservação de uma escola que atenda às necessidades do capital ou por meio de metas claras atender as necessidades de todos/as alunos/as (SOUZA, 2009).

## 2.2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: COMPROMISSO COM A ESCOLA E EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

O Projeto Político-Pedagógico pode ser entendido como um documento teórico-prático elaborado de forma coletiva por todos os sujeitos participantes da escola. Sintetiza os fundamentos políticos e filosóficos, define valores, princípios e comportamentos sinalizando os indicadores de uma boa formação segundo o que a comunidade escolar acredita e deseja praticar (SILVA, 2003).

A partir deste ponto de vista

Todo projeto pedagógico da escola é também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 1998, p.13 apud RIBEIRO, 2014, p. 27-28).

Ainda, segundo Veiga (1995 apud SOUZA, 2009), o projeto é considerado pedagógico, pois estabelece ações educacionais necessárias para que os propósitos da escola sejam cumpridos. Deste modo, o político e o pedagógico tornam-se indissociáveis porque estabelecem um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas e de alternativas viáveis para efetivação segundo uma intencionalidade.

Cabe enfatizar que o Projeto Político-Pedagógico não se constitui apenas em uma junção de projetos individuais ou em um plano elaborado a partir de normas técnicas para ser apresentado as autoridades superiores. Também não se reduz a assegurar somente o cumprimento da legislação vigente, mas garantir um espaço privilegiado de construção, organização, decisão e autonomia da escola (RIBEIRO,2014).

Neste sentido, através do Projeto Político-Pedagógico a escola constrói sua identidade, quer dizer “assume um rosto próprio, sua singularidade” (RIBEIRO, 2014, p.23), logo ele não é algo padronizado, pois, as propostas nele contidas são construídas a partir do contexto de cada unidade escolar e pode sofrer modificações, a partir da reflexão sobre os resultados e da busca por novas soluções demonstrando o compromisso da comunidade educativa com as melhorias na esfera educacional conseqüentemente, ele não tem caráter de documento acabado (VEIGA,1995 apud SOUZA, 2009).

Entre as funções ainda não destacadas do Projeto Político-Pedagógico destacam-se: o resgate da função social da escola através da promoção da mesma enquanto instituição social autora da humanização de seus cidadãos, e não produtora de fracassos e coadjuvante da exclusão (PEREIRA; ZIENTARSKI; SAGRILLO, 2012); o desenvolvimento de conhecimentos que possibilitem a todos/as alunos/as uma formação crítica capaz de proporcionar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos/as (SOUZA, 2009); a luta pela democratização da escola e de seus sistemas de poder (SOUZA E CARNIELLI, 2003).

Sabe-se que o Projeto Político-Pedagógico é concebido “como um instrumento singular para a construção da gestão democrática” (SILVA, 2003, p.299) da escola pública brasileira. Desta feita sua realização somente será possível com a participação dos/as professores/as, funcionários/as, gestores/as, alunos/as, pais e comunidade local (SOUZA, 2009), objetivando a interação de todos/as os/as

envolvidos/as desde a decisão, passando pela execução até a avaliação do que se propõe, realiza e aprende em igualdade de condições (GADOTTI E BARCELOS,1993 apud RIBEIRO,2014).

Todavia, a escola atual ainda sofre “a influência da velha cultura política brasileira que, com seus valores autoritários [...]” (NARDI, 2015, p. 652) baseados na subserviência ao poder central e conservadorismo minimizando assim as reais possibilidades de atuar como agente de transformação (SULZBACH, 2012).

É inegável que subsistem resquícios desta secular tradição, como bem afirma Paro (2000 apud SOUZA E CARNIELLI, 2003, p.130):

No relacionamento com os pais e outros elementos da comunidade, quer em reuniões, quer em contatos individuais, a postura é de paternalismo ou de imposição pura e simples, ou ainda a de quem está “aturando” as pessoas, por condescendência ou por falta de outra opção. De um modo ou de outro, prevalece a impressão de que os usuários por sua condição econômica e cultural, precisam ser tutelados, como se lhes faltasse algo para serem considerados cidadãos por inteiro. Esse comportamento se reproduz também no processo pedagógico em sala de aula, onde a criança é encarada não como sujeito da educação, mas como obstáculo que impede que está se realize.

O Projeto Político-Pedagógico de acordo com Vasconcellos (1998, p.15 apud SULZBACH, 2012, p.26) pode ser um instrumento teórico-metodológico a ser utilizado para construir mudanças como, por exemplo, reparar,

uma secular dívida para com os pais, na medida em que eles sejam vistos como também portadores de significativas contribuições para elaboração desse instrumento...contribuições estas que resultam de experiências de vida, de concepções de mundo, de pessoa e de sociedade, bem como de engajamentos vivenciados na comunidade em favor de causas [...]

Da mesma forma, os/as alunos/as não podem ser encarados como beneficiários da ação de construção do Projeto Político - Pedagógico, mas como participantes em sua elaboração, ou seja, sujeitos do próprio processo educativo que contribuem com suas percepções da realidade, seus desejos e expectativas e com ações de engajamento em vista da operacionalização dos caminhos e estratégias que foram planejados (RIBEIRO, 2014).

É necessário que a participação seja compreendida como um dos pressupostos fundamentais para que se efetue a gestão democrática (FLACH E

SAKATA, 2016) e conseqüentemente o Projeto Político-Pedagógico passe a figurar no centro das discussões e práticas escolares (SILVA, 2003).

Neste sentido

[...] participar consiste em colaborar de forma efetiva na construção de um plano de ação coletivo, observando que essa construção deve superar o conflito das partes e alcançar um consenso, mas não o consenso entendido como aceitação da concepção defendida pela classe dominante, mas o consenso baseado no diálogo, onde a voz mais fraca, mesmo que oriunda de uma ínfima minoria, é ouvida e considerada. (FLACH E SAKATA, 2016, p.554).

O processo de participação e de descentralização de poder estimulada na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político- Pedagógico constitui-se uma premissa no alcance de uma educação de qualidade social alicerçada em aspectos como o crítico, o político e o sociológico. (BARBALHO; FERREIRA, 2012 apud GUEDES E BARBALHO, 2016).

Uma educação pública de qualidade social caracteriza-se pelo desenvolvimento de atitudes e práticas democráticas que permeiam a gestão educacional como concretização da qualidade enquanto formação de cidadãos/ãs democráticos/as capazes de superar a passividade assumindo uma postura ativa, tornando-se sujeitos e não peças de engrenagem comandadas externamente. (FLACH E SAKATA, 2016).

Essa concepção de qualidade contrapõe-se aquela introduzida na atualidade pelo ideário neoliberal fundamentada nas ideias de eficiência e produtividade em uma perspectiva gerencial (BARBALHO; FERREIRA, 2012 apud GUEDES E BARBALHO, 2016) na qual observa-se a “[...] criação e implementação dos exames, testes, classificações(rankings), políticas de avaliação em larga escala, definições de padrões curriculares nacionais, regionais e formas de certificação[...]” ( HIPÓLITO, 2011, p.62 apud GUEDES E BARBALHO, 2016, p.137).

Mesmo que na atualidade a qualidade da educação esteja demarcada pela produção de resultados oficiais ou melhores índices (NARDI, 2015), a escola é convidada a apostar em:

[...] uma educação de qualidade que persegue o desenvolvimento das potencialidades de cada pessoa, respeitando suas características e necessidades e vislumbra a formação de pessoas capazes de atuar de forma ética, crítica, participativa e responsável no contexto em que vivem,

pautando seus modos de ser e agir pelo bem-estar comum[...].  
(SARMENTO, MENEGAT E RAMIREZ, 2015, p.137).

Vários estudos demonstram que existem vínculos estreitos entre a construção de um projeto comum e a qualidade da educação em escolas públicas. Também pode-se mencionar a relação entre o desempenho satisfatório da gestão escolar vinculada a práticas de diálogo e participação comprometida de todos/as envolvidos/as e a qualidade da educação (ESQUINSANI E SILVEIRA, 2015).

### 2.3 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PRODUZIDAS PELAS EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Durante a história da educação brasileira, a Educação Popular aparece como um termo polissêmico, quer dizer, que em certos momentos ela está associada ao direito de todos/as à escola – educação do povo assumida pelo Estado e em outros ela é tratada como práticas educativas vinculadas a uma concepção emancipatória – defesa da transformação da realidade baseada em um projeto de nação soberano e igualitário (BRASIL, 2014).

Este trabalho buscará versar sobre essa última concepção mencionada acima. A Educação Popular pode ser compreendida ao mesmo tempo como

[...] uma concepção prático-teórica e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais. (BRASIL, 2014, p.7).

Para alcançar seus objetivos – a transformação, a inclusão social e o respeito as diversidades culturais empreende um esforço de mobilização, coordenação e capacitação científica, técnica e política das classes populares, promovendo seu protagonismo (NETO E OLIVEIRA, 2017).

Desde a década de 1960, produziram-se inúmeras contribuições no campo da Educação Popular que tem servido de orientação as experiências educacionais. Entretanto, neste trabalho procurara-se destacar algumas delas consideradas essenciais para reflexão que se pretende realizar.

Uma das categorias fundantes da Educação Popular é a *Dialogicidade*. Em sua obra mais importante, *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire afirma:

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que as pessoas transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos/as pronunciantes, a exigir deles/as novo pronunciar. (1987, p.44).

Percebe-se que para Freire, o diálogo é indispensável no processo de humanização, logo uma exigência existencial capaz de unir a reflexão à ação. Deixa claro que o diálogo não se reduz a depositar ideias de um sujeito no/a outro/a, nem a simples troca de ideias e muito menos a discussão polêmica, na qual cada um busca impor a sua verdade.

A partir desta ideia-força, Freire (1986, p.65) propõe a educação dialógica

[...] o conhecimento do objeto a ser conhecido não é posse exclusiva do/a professor/a, que concede o conhecimentos aos/as alunos/as num gesto benevolente. Em vez dessa afetuosa dádiva de informação aos/as estudantes, o objeto a ser conhecido medeia os dois sujeitos cognitivos. Em outras palavras, o objeto a ser conhecido é colocado na mesa entre os dois sujeitos do conhecimento. Eles se encontram em torno dele e através dele para fazer uma investigação conjunta.

Neste sentido, Freire realiza uma crítica à educação tradicional, a qual denomina educação bancária – professor/a como detentor/a do conhecimento e o/a aluno/a como receptor/a passivo/a deste conhecimento. Enfatiza a necessidade da educação problematizadora, baseada no diálogo e, conseqüentemente, na investigação crítica.

A *conscientização* é outra categoria desenvolvida pela Educação Popular. Ela é compreendida como um processo permanente de passagem da consciência ingênua para a consciência crítica. A consciência ingênua apoia-se em uma visão simplista sobre a realidade que é considerada estática e imutável enquanto a consciência crítica caracteriza-se por uma postura investigativa e indagadora diante da realidade reconhecendo que a mudança é possível e necessária (BRASIL, 2014).

Neste sentido, Freire (1996, p.15) destaca que “[...] a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil”.

Ainda de acordo com Freire (1987) a promoção da ingenuidade está associada a prática da educação bancária que enfatiza o imobilismo, o fatalismo, a passividade anulando o poder criador dos/as educandos/as promovendo assim a adaptação das pessoas ao mundo, ou seja, a sua “domesticação”, já a educação problematizadora/libertadora procura ampliar a consciência crítica da qual deriva a inserção no mundo tornando as pessoas sujeitos com possibilidades de transformá-lo.

Outra ideia-força construída pela Educação Popular é a *transformação da realidade e do mundo*, expressada no pensamento de Freire (1996, p.30):

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade.

A transformação da realidade e do mundo baseia-se na vocação de ser mais do ser humano fundamentada na rebeldia e não na resignação face à ofensas sofridas pelas pessoas. A mudança do mundo caracteriza-se pela relação dialética entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação (FREIRE,1996).

Desta forma, de acordo com Freire (2000, p.28) “a tarefa progressista é assim estimular e possibilitar, nas circunstâncias mais diferentes, a capacidade de intervenção no mundo jamais o seu contrário, o cruzamento de braços em face aos desafios”.

*Partir da realidade* pode ser considerada outra contribuição da Educação Popular. Supõe levantar a compreensão do mundo dos/as educandos/as e os dados objetivos do contexto onde acontecem as práticas sociais e as experiências educativas (BRASIL, 2014).

Para Freire (1997) a competência do/a educador/a está associada a sua capacidade de conhecer o mundo concreto em que seus/suas educandos/as vivem: sua linguagem, hábitos, gostos, crenças, medos, desejos procurando recusar a dicotomia entre o contexto concreto – experiência dos/as educandos/as e o contexto teórico – ensino dos conteúdos.

Neste sentido, Freire (1987, p.47) salienta:

Para o educador/a-educando/a dialógico/a, problematizador/a, o conteúdo programático da educação não é, uma doação ou imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos/as educandos/as, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada.

Recomenda-se que o conteúdo programático seja elaborado a partir do tema gerador. O mesmo constrói-se a partir de vários momentos: Investigação do Universo Temático – levantamento preliminar da realidade local; Descodificação do conjunto de falas e observações – análise do material coletado; Círculo da Investigação Temática – devolução a comunidade dos pré-temas; Escolha do Tema Gerador; a Construção da Rede Temática - desdobramento em subtemas constituindo uma rede interdisciplinar ; a Redução Temática – levantamento dos conteúdos necessários para o desvelamento da realidade e o Planejamento e execução das aulas e atividades (FREIRE,1987).

Destaca-se por último *a construção do conhecimento e a pesquisa participante* como categoria tecida pela Educação Popular. Procura-se, neste sentido conjugar a pesquisa e os processos de participação popular, no qual acontece a integração dos/as educadores/as e dos/as educandos/as em um mesmo processo político-pedagógico (BRASIL, 2014).

A construção do conhecimento constitui-se o centro da aprendizagem que articula a teoria e a prática, o conhecimento histórico e os saberes dos/as educandos/as. Portanto, em Freire o conhecimento é produto das relações entre os seres humanos e com o mundo. Essas relações apresentam desafios – as respostas a estes desafios constituem o conhecimento das pessoas. Nesta perspectiva, a aprendizagem pode ser estimulada por outros/as, mas acontece a partir do que já se sabe, ou seja, é uma experiência pessoal intransferível. É na ação que as pessoas confrontam-se com a necessidade de aprender e construir conhecimento (BARRETO,1998).

O conhecimento, nesta concepção, constrói-se e reconstrói-se permanentemente, por meio da pesquisa sobre a realidade e a partir da prática dialógica (BRASIL, 2014). Como bem afirma Freire (1996, p.14) é um instrumento que viabiliza a produção de um novo saber

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que – fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo

e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

## 2.4 A ESCOLA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO POPULAR

A reflexão em torno da relação entre a escola pública e a Educação Popular parte de um questionamento: haverá possibilidades de fazer Educação Popular na rede pública de ensino? (FREIRE, 2001).

Paulo Freire em sua experiência como Secretário Municipal de Educação da cidade de São Paulo, no mandato de Luiza Erundina (1989-1992) do Partido dos Trabalhadores trouxe os princípios da Educação Popular para a administração pública. A partir deste momento diversos municípios e estados do País passaram a construir experiências na qual a principal referência teórica pedagógica das redes públicas de ensino estava alicerçada na Educação Popular (SAUL, 2014).

De acordo com Signor (2016) a escola pública brasileira recebe estudantes vindos das mais distintas realidades, condições econômicas, sociais e culturais. Recebe crianças e adolescentes das classes populares com realidades duras e incompreendidas – violência doméstica, desemprego, miséria, fome, falta de moradia. Frente a indisciplina e a indiferença muitos/as professores/as atribuem os fracassos escolares aos estudantes.

Portanto urge a necessidade de modificar o processo educativo da escola pública por um viés popular como afirma Freire (2001, p.49);

[...] me parece importante deixar claro que a educação popular cuja posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um nadar contra a correnteza é exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição de classe e, por isso mesmo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. É o que trabalha, incansavelmente, a boa qualidade do ensino, a que se esforça em intensificar os índices de aprovação através de rigoroso trabalho docente e não com frouxidão assistencialista, é a que capacita suas professoras cientificamente à luz dos recentes achados em torno da aquisição da linguagem, do ensino da escrita e da leitura. Formação científica e clareza política de que as educadoras e os educadores precisam para superar desvios que, se não são experimentados pela maioria, se acham presentes em minoria significativa. É a que, em lugar de negar a importância da presença dos pais, da comunidade, dos

movimentos populares na escola, se aproxima dessas forças com as quais aprende para a elas poder ensinar também [...]

Colocando em análise as afirmações de Freire, Signor (2016) destaca que a escola pública na atualidade é desafiada a acolher os/as estudantes em suas singularidades e especificidades, ultrapassando o modelo histórico de aulas homogêneas, com conteúdos iguais aos anos anteriores e a promoção do estereótipo do/a aluno/a ideal. Alerta ainda que as causas da maioria dos problemas enfrentados pelos docentes hoje são consequência do descaso e da distância que as aulas tem do cotidiano dos/as que frequentam a escola.

Segundo esta autora, os princípios da Educação Popular podem cooperar para que a escola possa:

[...] reconhecer seu/sua educando/a como sujeito de seu entorno e de sua aprendizagem; ao/a professor/a cabe, além deste reconhecimento, um trabalho que seja capaz de possibilitar ao/a educando/a a percepção de sua realidade, dando-lhes condições de, ao perceber-se em uma situação de opressão, lutar pela sua libertação e buscar condições de transformação de sua própria realidade para “ser mais” (p. 110).

Todavia, faz-se necessária a formação inicial e permanente de professores capaz de “[...] materializar seu compromisso político numa ação concreta, coletiva e participativa de conscientização e transformação da realidade da prática pedagógica na escola [...]” (NASCIMENTO, 2011, p. 153 apud SAUL, 2014, p.137). Em outras palavras, enfrentar as resistências dos/as professores/as em assumir suas ideias, de tomar posição para o lado popular, as oposições da sociedade, dos pais, dos/as colegas e dos/as educandos/as resgatando a sua voz, a crença em si próprios como parte fundamental de uma mudança imprescindível como destaca Signor (2016).

Em sintonia com Freire, Oliveira (2012 apud SAUL, 2014) aponta a presença dos princípios da Educação Popular no processo de avaliação. Quando se constrói uma avaliação processual e emancipatória rompendo com o modelo tradicional da avaliação classificatória – seletiva e excludente procura-se melhorar a qualidade do ensino na escola pública.

Outro ponto essencial diz respeito à participação dos pais, da comunidade no âmbito da educação formal. Atualmente, a escola está dividida – muitos/as estudantes não gostam de ir à escola, não a enxergam como um lugar seu; os pais não vão à escola, e não a consideram aliada na educação de seus filhos/as; os/as

professores/as tem dificuldades de lidar com a complexidade do ambiente escolar, assim sendo seus sujeitos não conseguem assumir o protagonismo de repensa-la em sua integralidade. Nesta senda, a Educação Popular propõe que a escola seja um espaço para o diálogo e para reflexão de suas próprias vidas e de sua humanidade, bem como o uso das experiências de organização dos movimentos populares para planejar a sua prática (SIGNOR, 2016).

A partir deste ponto de vista:

[...] a incorporação dos princípios da Educação Popular na escola pública é um caminho promissor e tem permitido muitos avanços em direção a uma contribuição mais efetiva da escola com o resgate da cidadania ativa da população que frequenta o ensino público. (POLI, 2003, p. 15).

Porém, nos últimos tempos no Brasil observa-se uma ofensiva contra a educação problematizadora por parte do Movimento Escola Sem Partido (RAMOS E SANTORO, 2017). Sendo, Paulo Freire e seu sonho: a Escola Cidadã baseada nos princípios da Educação Popular, um dos principais alvos deste movimento (GADOTTI, 2016).

De acordo com Ramos e Santoro (2017), o Movimento Escola Sem Partido surgiu em 2004, tendo como fundador o advogado Miguel Nagib sendo também seu atual presidente. A partir de 2014 tem fornecido fundamentos teóricos para organização de Projetos de Lei que circulam no Senado federal, na Câmara dos Deputados, em Câmaras municipais e Assembleias Legislativas de várias partes do Brasil, com o objetivo de incluir o Programa Escola Sem Partido na lei – a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB)

Ainda segundo os mesmos autores:

[...] ele pretende incluir na LDB os seguintes princípios: a) neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; b) vulnerabilidade do/a educando/a como parte mais fraca da relação de aprendizagem; c) educação moral e religiosa de acordo com as convicções dos pais; d) proibição de tratar questões de gênero, na escola, a fim de não interferir na identidade biológica do sexo; e) proibição de incentivar os/as alunos/as na participação da vida política e de tratar dos problemas atuais, como passeatas, protestos, etc (p.143).

O seu discurso está alicerçado em quatro elementos:

- a) *uma concepção de escolarização* na qual o/a professor/a deve limitar-se a instruir – transmitir conhecimento sem discutir a realidade do/a aluno/a e mobilizar valores;
- b) *desqualificação do/a professor/a* removendo todas as suas atuais atribuições acabando assim com o pluralismo de concepções pedagógicas, a liberdade de ensinar e a liberdade de expressão;
- c) *estratégias discursivas fascistas* – analogias voltadas para a desumanização do/a professor/a usando termos como “monstro”, “parasita”, “vampiro”, “exército de militantes” dizimando ódio contra a docência;
- d) *a defesa do poder total dos pais sobre os/as filhos/as*, na qual acusam os/as professores/as de usurpação da autoridade moral dos pais e promovem o ataque a diferentes famílias – doutrinação de gênero e determinadas crenças como o Candomblé e Umbanda – doutrinação religiosa (PENNA, 2017).

O Programa Escola Sem Partido propõe o controle do trabalho docente, criminalizando os/as professores/as “que incluam em suas aulas debates sobre a religiosidade afro-brasileira, sobre diversidade de gêneros ou pensamento marxista” (VASCONCELOS, 2016, p.81). Mesmo sem aprovação legal, sente-se no interior das instituições escolares uma onda de perseguição docente na qual sob orientação do Movimento Escola Sem Partido, alunos/as estão denunciando os/as docentes buscando criminalizar qualquer trabalho de conscientização (RAMOS E SANTORO, 2017).

Em suma

Estamos diante de uma iniciativa que visa retirar da escola seu papel essencial de formar para a democracia, o que demonstra o caráter autoritário deste movimento. Com isso, quer-se evitar que as crianças possam tomar a palavra. Querem construir uma escola de egoísmos, de individualismo, de competitividade insolidária, que são os valores do capitalismo selvagem que defendem. Competir em vez de compartilhar [...] (GADOTTI, 2016, p. 156).

### 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

#### 3.1 BREVE DESCRIÇÃO DO CENÁRIO DE PESQUISA

O Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo é a maior escola pública do município de Três Passos/ RS. Localiza-se na Rua Gaspar Silveira Martins, nº 1415, Bairro Érico Veríssimo no limite de três bairros: Centro, Érico Veríssimo e Santa Inês. Também fica a oitocentos (800) metros da BR – 468 facilitando o acesso da maioria da população regional, sendo considerado uma referência regional acolhendo alunos/as de vários municípios vizinhos.

Os bairros Centro, Érico Veríssimo e Santa Inês são os mais populosos do município ocupando respectivamente, o primeiro, o segundo e o quarto lugar em residentes, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). O Bairro Érico Veríssimo onde situa-se a escola possui dois mil duzentos e oitenta e nove (2.289) habitantes, destes 47,5% pertencem ao sexo masculino e 52,4% ao sexo feminino. Possui um índice de envelhecimento de 50,8%, ou seja, 72,1% da população têm entre 15 a 64 anos de idade. No que tange a média de moradores por domicílio, o bairro atinge 2,7 habitantes por residência.

No entanto, os primórdios da escola situam-se no centro da cidade de Três Passos - RS, quando em 1958 começa a funcionar extraoficialmente o curso supletivo no Salão Paroquial da Matriz Santa Inês. Nos anos seguintes, entre 1959-1962, o supletivo passa a ser um curso oficial administrado pela Escola Espírito Santo e com a denominação Escola Espírito Santo B.

Em 1963, através do decreto nº 15180 do dia 04 de Junho cria-se oficialmente o Ginásio estadual (noturno) encampando o Ginásio Espírito santo B. Este já estava em funcionamento desde o primeiro dia de abril do mesmo ano. As instalações, ainda nos pavilhões da Igreja Matriz Santa Inês, no final de 1969 sofrem um incêndio criminoso provocado por dois alunos, passando a funcionar na Escola Águia de Haia.

A partir do ano seguinte, 1970 o Ginásio Estadual começa a oferecer o curso diurno em salas emprestadas pelo Colégio Espírito Santo. O prédio próprio com doze (12) salas de aula no local atual é inaugurado em abril de 1973. O nome Ginásio estadual é substituído por Escola Estadual de 1º Grau Érico Veríssimo, em 1978, passando atender de 1ª a 4ª série em três turnos.

A autorização para o funcionamento da Pré-escola deu-se em final de 1985. Na mesma altura aconteceu a criação do 2º Grau. No início do ano seguinte, 1986, ocorreu a alteração do nome da escola para: Escola Estadual de 1º e 2º Graus Érico Veríssimo.

Em janeiro de 1995 através do Parecer nº 261/95 a escola recebeu a autorização para o funcionamento do Curso de Magistério e Auxiliar de professor de pré-escola. Foi, posteriormente, transformada em Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo pela Portaria nº 233, de 12 de agosto de 2000.

O Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo recebe a autorização de funcionamento da Sala de Recursos – Altas Habilidades e Dependência Intelectual nos anos de 2005 e 2009, respectivamente. Ainda em final de 2006 é autorizado o funcionamento do Curso Técnico em Comércio.

Atualmente a escola – ano letivo 2018 – atende mil e nove (1.009) alunos/as, distribuídos nas seguintes modalidades de ensino:

- a) Educação Infantil – Pré II – vinte (20) alunos/as;
- b) Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Duzentos e vinte e um (221) alunos/as;
- c) Ensino Fundamental – Anos Finais – Duzentos e setenta (270) alunos/as;
- d) Ensino Médio – Trezentos e noventa (390) alunos/as;
- e) Ensino Médio- Curso Normal – Setenta e três (73) alunos/as;
- f) Ensino Médio – Técnico em Comércio – Trinta e cinco (35) alunos/as;

Em relação a infraestrutura a escola conta com dezenove(19) salas de aula, um prédio administrativo com seis(6) salas, dezanove (19) data shows fixos e cinco (5) volantes, um (1) laboratório de ciências, duas(2) quadras de esporte abertas, uma (1) quadra poliesportiva fechada, uma (1) biblioteca com aproximadamente quinze mil (15.000) livros e dois(2) laboratórios de Informática com acesso à internet.

Quanto aos recursos humanos, o Instituto possui no total sessenta e um(61) professores/as distribuídos desta forma:

- a) Um (1) professor/a de Educação Infantil;
- b) Dez (10) professores/as de Ensino Fundamental – Anos Iniciais;
- c) Dezoito (18) professores/as de Ensino Fundamental – Anos Finais;
- d) Vinte e seis (26) professores/as de Ensino Médio;
- e) Dezesesseis (16) professores/as de Ensino Médio – Normal;
- f) Sete (7) professores/as de Ensino Médio – Técnico em Comércio;

g) Um (1) professor/a de Educação Especial.

Para além dos/as professores/as conta com vinte (20) funcionários/as que ocupam funções administrativas e de zeladoria.

Ressalta-se ainda que o Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo tem sido destaque nas avaliações externas e programas federais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no Vestibular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

### 3.2 POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UMA PROPOSTA DE AÇÃO

A elaboração, execução e avaliação do Projeto Político pedagógico pelas instituições públicas de ensino no Brasil tornou-se obrigatório há 20 anos, especificamente em 1996 com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como já mencionou-se acima. Neste período, toda a legislação das unidades federativas relacionada a educação pública foi redimensionada para satisfazer essa nova exigência legal, no entanto, persiste uma distância entre o vivenciado pelas escolas e o legislado.

O Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo pertence a esfera administrativa estadual norteando-se para além da legislação federal, a Constituição Estadual (1989), Lei nº10.576 (1995), Plano Estadual de Educação (2015). Ao realizar a leitura e análise do Projeto Político-Pedagógico deste Instituto constatou-se que o mesmo foi elaborado para um período de três (3) anos, especificamente 2013-2015, não sofrendo revisão após este período.

O Projeto Político- Pedagógico é um documento utilizado para orientar a tomada de decisões no cotidiano escolar, sinalizando o caminho a ser percorrido e aonde se chegará partindo necessariamente do contexto de inserção, portanto o documento vigente da instituição deve estar em consonância com as necessidades dos/as alunos/as, da comunidade e rotina escolar (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016).

Apesar de no final do Projeto Político - Pedagógico da escola em questão estar previsto a avaliação anual das metas pelos segmentos que compõe a comunidade escolar, o processo avaliativo foi interrompido há três anos atrás. A avaliação pode ser compreendida como uma crítica a ação desenvolvida

fundamentando novas decisões e redimensionando a direção da ação (LUCKESI, 1998, apud BETINI, 2005) que neste caso específico seria a atualização do documento com base a novas demandas advindas do contexto.

Outro aspecto a considerar na análise do Projeto Político - Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo é a ausência de uma contextualização histórica da comunidade na qual a escola está inserida. É essencial para o fortalecimento da identidade da instituição a descrição do ambiente social, cultural e físico (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2016) bem como promover a participação de diferentes segmentos como associações de bairro, entidades comunitárias e Organizações Não Governamentais (ONGs) na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político – Pedagógico (PADILHA, 2017).

Porém, em um contexto no qual as ideias neoliberais já impregnaram as instituições sociais e suas relações chama-se atenção para a questão da participação das Organizações Não Governamentais (ONGs) na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico. Sabe-se que estas organizações denominadas de Terceiro Setor ou Terceira Via ocultam interesses econômicos e políticos bem definidos a partir do momento que assumem funções que deveriam ser executadas pelo Estado (BORRELI, 2008), portanto possuem um papel ideológico na construção e prática neoliberal, segundo Moraes e Santana (2012).

Como exemplo, pode-se citar no Rio Grande do Sul o governo Sartori (2015-2018) que tem através de Projetos de Lei estabelecido relações público-privadas que fomentem e executem ações até então seriam de sua responsabilidade implicando modificações tanto no financiamento da educação pública como nos valores que tem regido a gestão escolar através da promoção de valores mercadológicos como publicidade e o consumo no ambiente escolar (ESTORMONSKI, 2017).

Segundo a mesma autora o Programa Escola Melhor: Sociedade Melhor (2015) implementado pelo governo Sartori promove ameaças ao financiamento público da educação, a autonomia e singularidade institucional e a participação dos órgãos deliberativos e da comunidade. Neste contexto, as decisões antes tomadas pela comunidade local e seus órgãos representativos passam ser tomadas pela entidade financiadora, logo a participação deixará de ser uma construção, atitude coletiva como defendida neste trabalho.

O conhecimento dos aspectos da comunidade que fazem parte de sua área de abrangência permitirão a escola verificar a viabilidade das ações propostas, segundo Padilha (2017). Entre os principais fatores a serem considerados na contextualização são:

[...] a população e seus costumes; a situação das residências e do saneamento; os grupos e as lideranças comunitárias; as associações e os clubes; as igrejas e as pastorais; as áreas e os hábitos de lazer; os grupos culturais e os meios de comunicação locais; os tipos de comércio e principais atividades econômicas; os serviços de saúde; os meios de transporte (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016, p. 25-26).

De acordo com o mesmo livro, para além dos aspectos já mencionados também é fundamental a descrição socioeconômica e educacional da comunidade, registro dos níveis de renda, das condições de trabalho, o acesso aos bens de consumo e outras informações relevantes sobre a população local.

Interligado ao aspecto anterior – a contextualização – encontra-se o diagnóstico. Percebe-se que na análise do Projeto Político-Pedagógico da escola existe um diagnóstico parcial da comunidade escolar. O documento traz um breve histórico da escola, no qual apresenta os principais acontecimentos históricos a partir de uma linha do tempo que inicia em 1958 com o funcionamento do curso supletivo no Salão Paroquial da Matriz Santa Inês até a transformação em Instituto Estadual de Educação em 2000. Logo a seguir, descreve brevemente localização, estrutura física, recurso humanos, modalidades de ensino oferecidos pela escola entre outros.

O diagnóstico consiste no levantamento e análise de informações sobre a escola, ou seja,

[...]sua capacidade instalada, seus recursos humanos, jurisdição e manutenção, área de abrangência, características socioeconômicas predominantes de sua clientela, situação legal e histórico de sua evolução ao longo dos anos. (MOTTA, ROMÃO, PADILHA, 1998, p.34).

Nesta perspectiva, o diagnóstico apresenta as reais condições da escola subsidiando deste modo a elaboração do Projeto Político-Pedagógico. A coleta de dados devem basear-se no seguintes itens: identificação da escola, estrutura física, recursos humanos e financeiros, matrícula e evolução da demanda, projetos

desenvolvidos na escola, características da gestão e das relações humanas, deficiências detectadas na escola, caracterização dos/as alunos/as entre outros (MOTTA, ROMÃO, PADILHA,1998).

Identificou-se que várias partes do Projeto Político – Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo são elementos constituintes do Regimento Escolar na análise realizada. Entre os elementos pode-se citar: Fins, Objetivos e Concepções norteadores da escola; Objetivos e Finalidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial; Avaliação da Aprendizagem entre outros.

Padilha (2017) afirma:

O Projeto Político-Pedagógico da escola deve oferecer elementos para a elaboração do Regimento Escolar. Este por sua vez disporá sobre as decisões dos segmentos escolares em relação as diferentes atribuições e competências administrativas, financeiras e pedagógicas da escola [...]

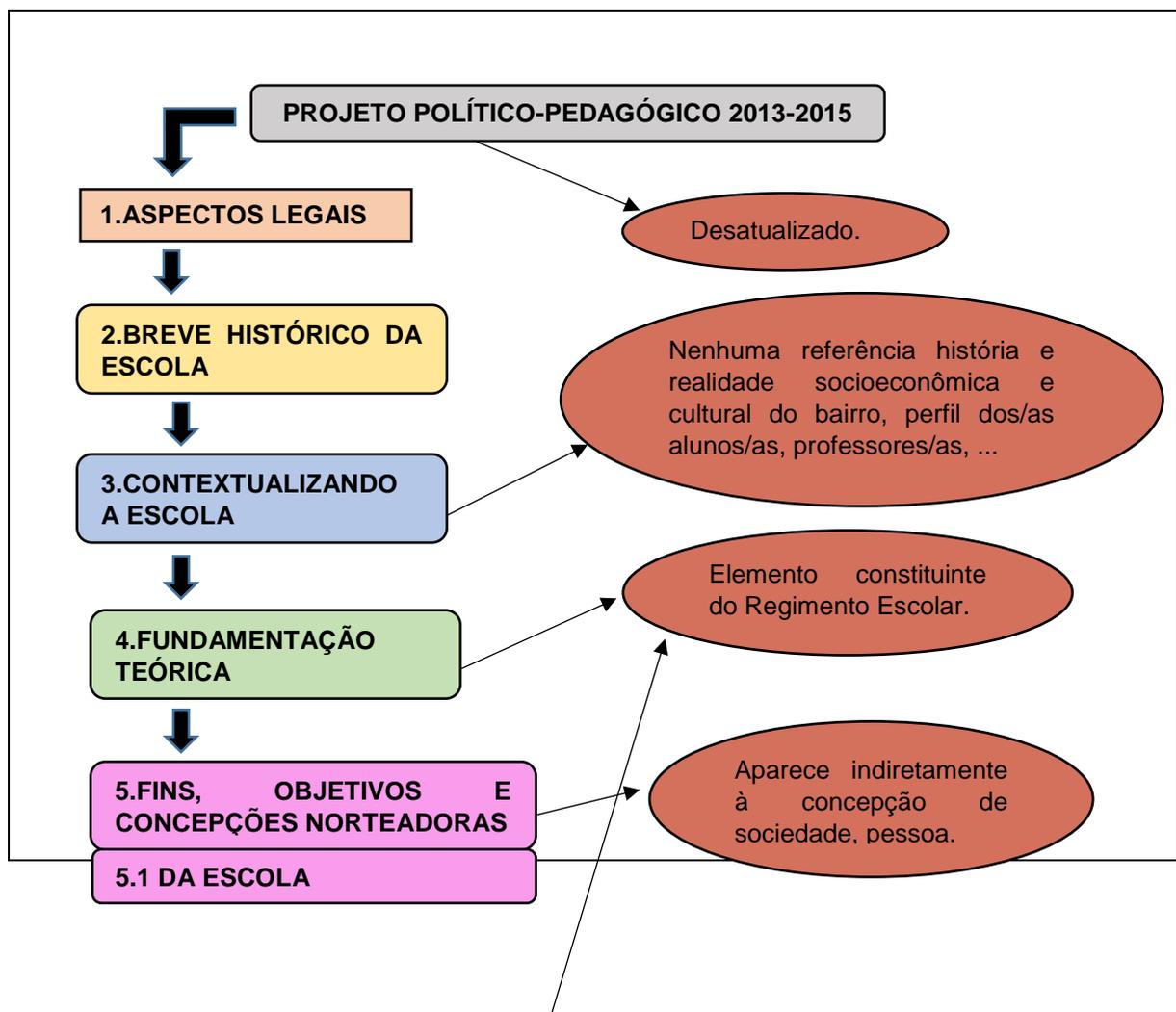
Existe uma estreita ligação e interdependência entre o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar. Este último deve ser construído par e passo com o Projeto Político- Pedagógico que reflete o desejo teórico orientador das práticas escolares enquanto, o Regimento Escolar o materializa através dos procedimentos, funções, atribuições dos diferentes segmentos da escola (GOMES E BAIROS, 2006).

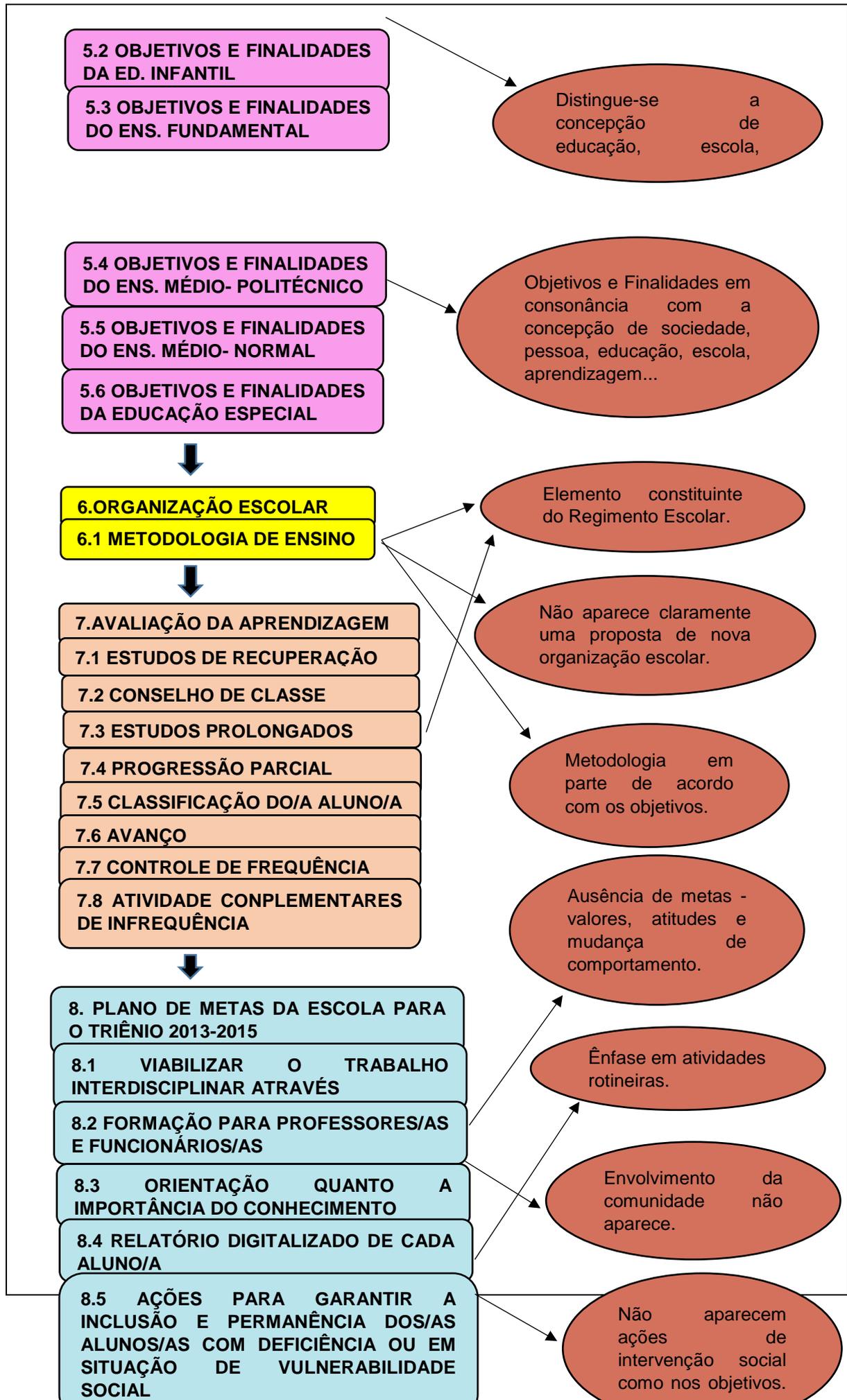
Aprofundando a reflexão sobre o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar vem a tona a questão da autonomia escolar que apesar da garantia legal ainda é limitada, pois administrativamente depende das políticas adotadas pelo governo e pedagogicamente depende das normatizações legais e institucionais (DRABACH,2010). Em governos com pautas exclusivamente neoliberais, como é o caso do atual governo federal e estadual, a gestão educacional limita a participação e a autonomia escolar com o intuito de impor os preceitos e padrões neoliberais, deste modo a ênfase aos procedimentos, funções e atribuições dos segmentos da escola – elementos do Regimento Escolar em detrimento do arcabouço teórico orientador das práticas escolares – elementos do Projeto Político pedagógico exemplifica a lógica gerencial imposta a gestão democrática do ensino público em nosso estado e país.

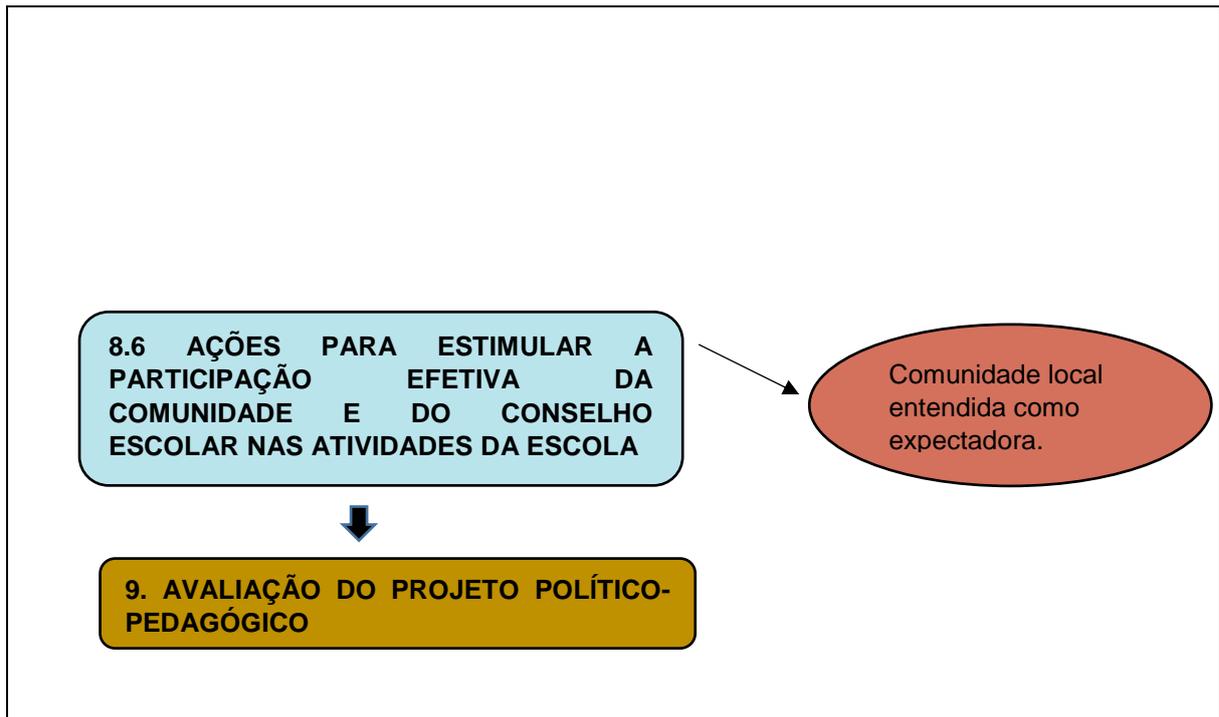
Segundo a Equipe Latino – Americana de Planejamento (apud VASCONCELLOS, 2014) o projeto Político – Pedagógico é composto de três partes articuladas entre si: Marco Referencial – O que queremos alcançar? Diagnóstico – O que nos falta para ser o que desejamos? Programação – O que faremos para suprir tal falta. A estrutura do Projeto Político- pedagógico em análise não está de acordo com o que propõe-se acima. Entretanto, distingue-se de forma indireta nos objetivos da escola a concepção de sociedade, pessoa, educação, escola, aprendizagem – parte integrante do Marco referencial.

Quanto a programação, no documento é designado de Plano de Metas observa-se prevalência de atividades permanentes, ou seja, rotinas – ações que ocorrem com frequência e ausência de linhas de ação – orientações relacionadas a valores, atitudes e mudança de comportamento (VASCONCELLOS, 2014). Ainda detectou-se contradições entre os objetivos e algumas ações apresentadas no Plano de Metas.

Diagrama 1 – Resultados da análise do Projeto Político-Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo – Três Passos/RS.





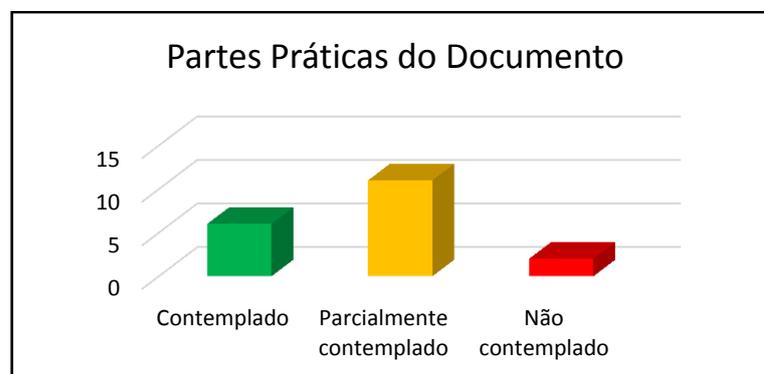
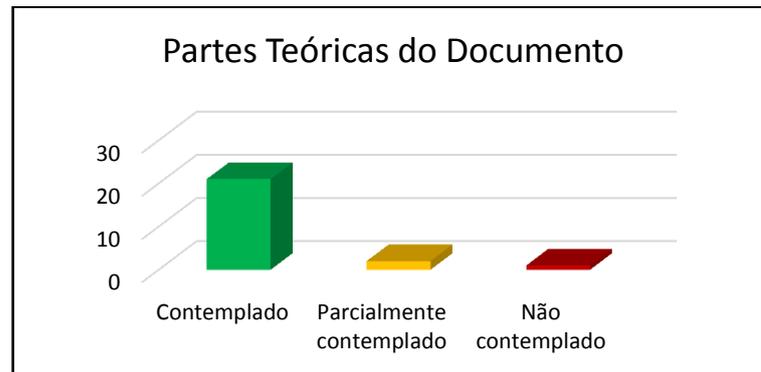


Fonte: Elaborado pela autora.

A partir das relações que foram tecidas historicamente entre a escola pública e a Educação Popular como já fora descrito mais acima, realizou-se uma outra análise – uma análise de conteúdo na qual procurou-se com base as principais categorias da educação popular – diálogo, conscientização, transformação da realidade e do mundo, partir da realidade e construção do conhecimento e pesquisa participante identificar em que medida estão presentes no Projeto Político Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Verissimo – Três Passos/RS distinguindo lacunas e contradições.

Percebeu-se de forma geral que o Projeto Político-Pedagógico da escola em questão traz presente de forma significativa as categorias fundamentais da Educação Popular. Estão contempladas com as referidas categorias em especial, as partes do documento “mais teóricas” como, por exemplo, os Fins, Objetivos e Concepções norteadoras, sendo parcialmente contempladas as partes com caráter “mais prático” como: Organização escolar, Metodologia de Ensino e o Plano de Metas.

Figura 1 – Relação entre as partes do Projeto Político- Pedagógico e as categorias da Educação Popular.



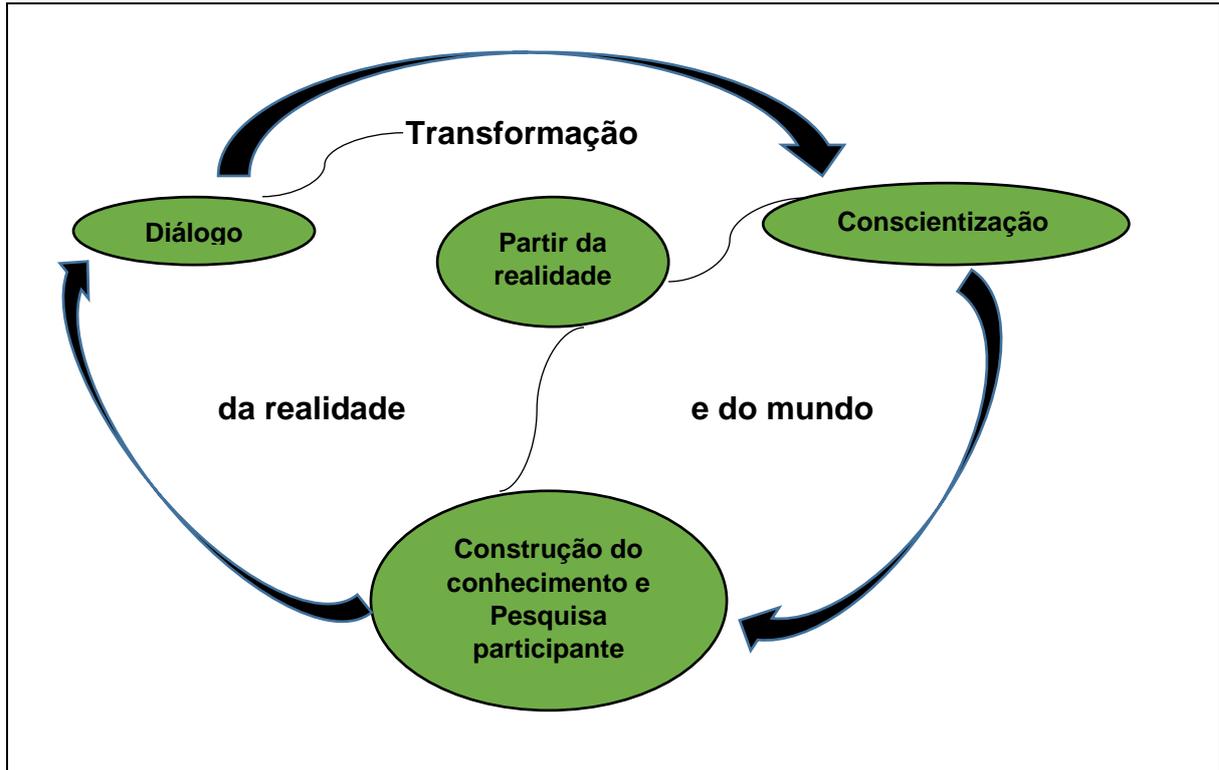
Fonte: Elaborada pela autora.

Todavia, a Educação Popular propõe “[...] teoria e prática precisam dialogar permanentemente, fugindo da ideia tradicional de que o saber está somente na teoria, construído distante ou separado da ação [...]” (FORTUNA, 2015, p.65).

Neste sentido, Freire (1987) afirma que a práxis autêntica – teoria e prática inseparáveis – possibilita aos sujeitos reflexão sobre a ação levando a transformação do mundo.

Todas as categorias da Educação Popular mencionadas neste trabalho estabelecem entre si uma relação sistêmica. Por uma questão pedagógica são tratadas de forma isolada, mas constituem-se um todo interdependente.

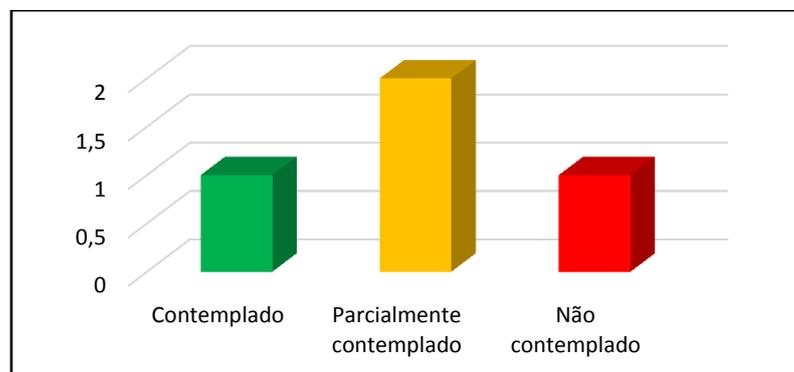
Diagrama 2 – Relação sistêmica entre as categorias da Educação Popular



Fonte: FREIRE (1986,1987,1996,1997,2000); BRASIL (2014); BARRETO (1998).

Constata-se no documento lacunas no que diz respeito a categoria – *partir da realidade* – pois as partes do documento: Breve histórico da escola e Contextualizando a escola estão parcialmente contempladas e não contempladas com a categoria em análise.

Figura 2 – Categoria Partir da realidade



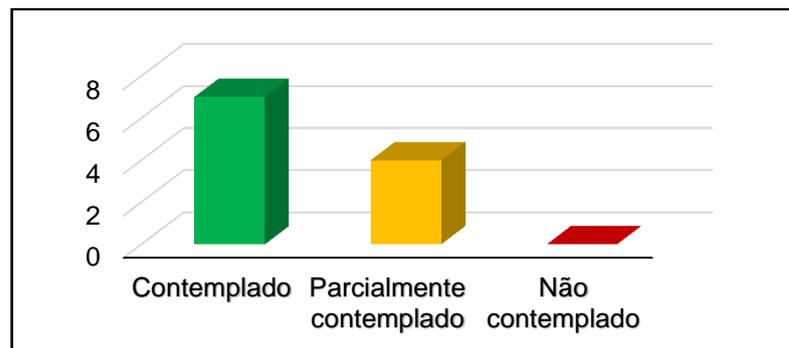
Fonte: Elaborada pela autora.

No diagrama observa-se que *partir da realidade* é categoria central para Educação Popular e significa considerar a realidade concreta vivida em diferentes espaços, territórios geográficos, culturais e simbólicos (BRASIL, 2014) na qual a

prática educativa é exercida. Para além do mencionado, Freire (1996) ressalta que o ambiente ecológico, social e econômico em que vivemos tem uma importância inegável sobre as pessoas, condicionando a sua compreensão de mundo, sua capacidade de aprender, de responder aos desafios sendo essencial que o saber teórico desta influência junte-se ao saber teórico-prático da realidade concreta.

Diretamente relacionada à categoria anterior está o *Diálogo*. Embora esteja contemplado no documento em igual proporção que outras duas categorias – transformação da realidade e do mundo e construção do conhecimento e pesquisa participante – observa-se, porém que em mais da metade da proporção contemplada o diálogo surge como parcialmente contemplado comprovando a existência de lacunas na primeira categoria – partir da realidade – como já fora mencionado no parágrafo anterior.

Figura 3 – Categoria Diálogo



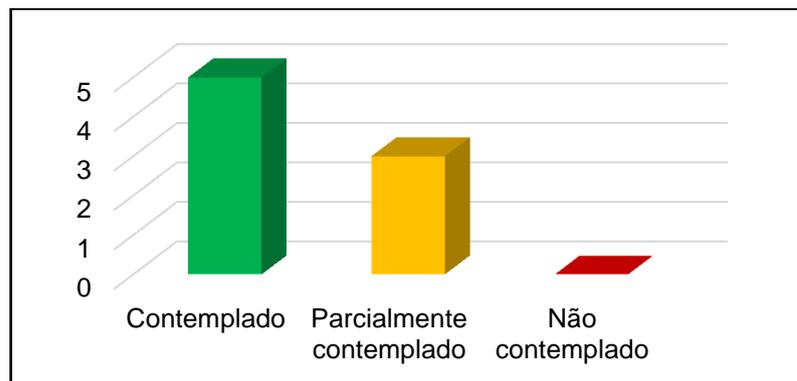
Fonte: Elaborada pela autora.

Entende-se que por meio do diálogo pode-se pensar sobre o mundo, problematizá-lo para transformá-lo (BRASIL, 2014). Freire (1987) enfatiza que o diálogo é uma exigência existencial na qual as pessoas tem o direito de pronunciar a palavra – ato de criação e recriação que realiza-se em uma relação horizontal, logo parte da situação presente, concreta constituindo-se o diálogo como prática da liberdade.

O diálogo é ponto de partida para o “pensar e fazer críticos” capaz de aprimorar a vocação humana alicerçada na autonomia, criticidade, criatividade, ética (BRASIL, 2014). Logo diálogo e *conscientização* – outra categoria da Educação Popular, entrelaçam-se em uma relação dialética. No documento em questão, a conscientização aparece em uma proporção menor que as categorias – diálogo,

transformação da realidade e do mundo e construção do conhecimento – bem como possui um índice maior de parcialmente contemplado que as categorias citadas acima refletindo obviamente as contradições encontradas na análise das categorias – partir da realidade e diálogo. Quanto menos parte-se da realidade, quanto mais dificuldades no diálogo menor a conscientização.

Figura 4 – Categoria Conscientização



Fonte: Elaborada pela autora

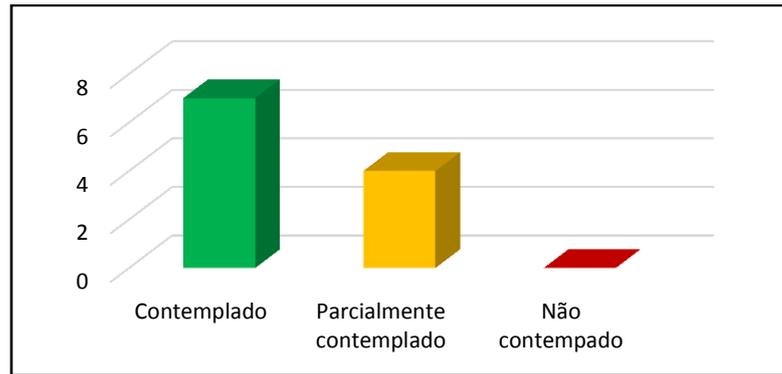
Portanto, de acordo com Brasil (2014, p.40)

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o/a homem/mulher assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, uma compreensão e apropriação da realidade.

O processo de conscientização realiza-se quando os sujeitos para além de tomar consciência da realidade organizam-se coletivamente para atuar sobre a realidade para transformá-la (FREIRE, 1979).

A *construção do conhecimento e a pesquisa participante* – outra categoria em análise aparece contemplada em igual proporção que as categorias – diálogo e transformação da realidade e do mundo – apresentando, porém o mesmo índice de parcialmente contemplado que a categoria diálogo.

Figura 5 - Categoria Construção do conhecimento e pesquisa participante



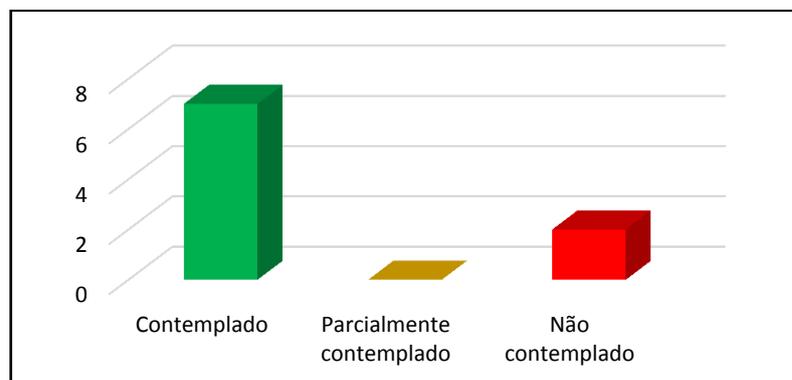
Fonte: Elaborada pela autora.

Em Educação Popular, aprender e produzir conhecimento dá-se a partir da capacidade de articular teoria e prática, o conhecimento histórico construído e as experiências e saberes dos/as educandos/as. Ainda nesta senda, o conhecimento se constrói e reconstrói permanentemente por meio da pesquisa sobre a realidade e a prática do diálogo (BRASIL, 2014).

Deste modo, a construção do conhecimento implica compromisso com a promoção da consciência crítica significando a superação da ingenuidade, ou seja, a conscientização (FREIRE, 1996).

Por fim encontra-se a categoria – transformação da realidade e do mundo – que no documento encontra-se contemplada em igual proporção que as categorias – diálogo e construção do conhecimento e pesquisa participante, porém identifica-se o maior percentual de não contemplado entre todas as categorias analisadas demonstrando uma contradição entre o discurso e a prática.

Figura 6 – Categoria Transformação da realidade e do mundo



Fonte: Elaborada pela autora.

Freire (1996), destaca que a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática ativismo.

Portanto

O processo educativo, se dialógico e conscientizador, procurará sempre ser transformador da realidade e do mundo. Buscará construir novas relações econômicas, sociais, culturais, ambientais, baseadas na igualdade, na fraternidade, na justiça (BRASIL, 2014, p.12).

Considerando os resultados da análise do Projeto Político – Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo e sua relação com os pressupostos da educação popular apresenta-se uma proposta de ação para construir/reconstruir o referido Projeto da escola em questão. A proposta baseia-se na reflexões de Vasconcellos (2014) e Padilha (2017) e possui quatro (4) fases: I Fase – Mobilização da comunidade; II Fase – Definição do Marco Referencial; III Fase - Diagnóstico e IV Fase – Plano de Ação.

A primeira (I) fase denominada *Mobilização da comunidade* possui o objetivo de desenvolver um processo amplo de envolvimento e engajamento com a construção/reconstrução do Projeto Político-Pedagógico garantindo a participação de todos os atores em torno de um propósito comum.

A participação de todos na tomada de decisões deve ser acompanhada de regras claras sobre como se dará essa participação, como as decisões serão tomadas e em que cada segmento poderá contribuir desde a concepção do projeto até avaliação e replanejamento. Neste sentido, a participação dos pais e dos/as alunos/as, das associações de bairro, entidades comunitárias e ONGs, do/a diretor/a da escola e coordenador/a pedagógico/a, o membro técnico da Secretaria Estadual de Educação, os/as professores refere-se às diferentes dimensões do trabalho escolar e comunitário, ou seja, decisões financeiras, pedagógicas e administrativas.

Na segunda (II) Fase busca-se construir o *Marco Referencial* que é a tomada de posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos. Esse marco é composto por três grandes partes: *Marco Situacional*, *Marco Filosófico* e *Marco Operativo*.

O *Marco Situacional* é um olhar do grupo que planeja sobre a realidade em geral: como a vê, quais seus traços mais marcantes. Ele pode ser elaborado a partir das seguintes questões: Como compreendemos, vemos, sentimos o mundo atual? Quais são seus principais problemas e suas maiores necessidades? Quais as causas da situação atual em termos sociais, políticos e econômicos? Quais os efeitos da globalização sobre a qualidade de vida no mundo de hoje?

O *Marco Filosófico* corresponde a proposta de sociedade, pessoa e educação que o grupo assume. Procura-se determinar as opções do grupo em relação a sociedade em que se vive, ou seja, universo comum de valores capaz de compatibilizar as expectativas do grupo. Sugere-se as seguintes perguntas para sua elaboração: Que tipo de sociedade queremos construir? Que tipo de pessoa humana queremos colaborar na formação? Que finalidade queremos para a escola? Que papel desejamos para a escola em nossa realidade?

O *Marco Operativo* busca responder ao seguinte questionamento: Qual é a escola de nossos sonhos? Portanto, é a proposta dos critérios de ação para os diversos aspectos relevantes da instituição englobando a dimensão pedagógica, comunitária e administrativa. Propõe-se as seguintes interrogações para sua construção: 1. Dimensão Pedagógica - Como desejamos o processo de planejamento, o currículo, os objetivos, os conteúdos, a metodologia, a avaliação? 2. Dimensão comunitária – Como desejamos os relacionamentos na Escola? O/a professor/a? O relacionamento com a família, com a comunidade? 3. Dimensão Administrativa – Como desejamos a estrutura e organização da escola? A Direção? Equipe técnica e serviços? A elaboração do Regimento Escolar? É indispensável que o Marco Operacional esteja compatível com o Marco Situacional e o Marco Filosófico evitando a desarticulação entre a realidade e as finalidades assumidas.

O *Diagnóstico* faz parte da terceira (III) Fase da construção do Projeto Político-Pedagógico. É o momento de saber interpretar, de entender o estar sendo da escola, o estar sendo de todos/as que direta ou indiretamente, estão envolvidos com o trabalho ali realizado. Portanto, o diagnóstico é o resultado entre o que se traçou Marco Referencial – e a descrição da instituição como ela se apresenta.

O Diagnóstico baseia-se na avaliação dos resultados do ano anterior e na definição do autorretrato da escola. O primeiro item pode ser trabalhado a partir das seguintes questões: Tendo em vista o ideal expresso no Marco Operativo, que fatos e situações mostram que estamos bem/mal? , ou Quais os pontos

positivos/negativos? Essas perguntas devem ser dirigidas a cada um dos aspectos do Marco Operativo.

Pode-se definir o autorretrato da escola utilizando o instrumento da Carta Escolar que basicamente consiste em um censo escolar no qual participam todos os segmentos escolares (Conselho de escola, Grêmios Estudantil, Associação de Pais, Professores/as) e extraescolares (Associação de bairro, Entidades comunitárias).

Elabora-se um plano de trabalho com os segmentos acima citados, inclusive as equipes de recenseamento e suas respectivas coordenações. Os questionários para a coleta de dados podem ser divididos em itens como: identificação da escola, estrutura física, recursos humanos, matrícula e evolução da demanda entre outros, já citados quando da análise do Projeto Político- Pedagógico da instituição em questão. A tabulação e interpretação qualitativa e quantitativa dos dados, pode ser realizada por representantes de todos os segmentos, acompanhada e assessorada pelas instâncias superiores da administração escolar.

A quarta (IV) é a última fase da proposta de construção/reconstrução do Projeto Político-Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo designa-se *Plano de Ação*, o qual pode ser definido como uma proposta de ação para diminuir a distância entre a realidade institucional e o que estabelece o Marco Operativo, ou seja, satisfazer as necessidades apresentadas pelo Diagnóstico.

As ações propostas pelos segmentos escolares devem ser viáveis e exequíveis, isto é, possíveis de serem realizadas. O conjunto dessas ações devem representar o mais possível, a vontade da maioria do coletivo da escola, devendo ser estabelecidas consolidações mínimas pelas quais todos/as possam ser corresponsáveis.

As propostas de ação segundo Vasconcellos (2014) podem ser basicamente de quatro tipos

- a) *Ação concreta* - proposta de ação que tem um caráter de terminalidade. Deve conter o quê? Para quê?
- b) *Linha de ação* - indica sempre um comportamento, uma atitude, um modo de ser ou de agir.
- c) *Atividades permanentes* - é a proposta de ação que se repete, que ocorre com determinada frequência.
- d) *Determinações* - são ações marcadas por um caráter de obrigatoriedade, que atingem a todos os sujeitos;

No entanto, cabe ainda ressaltar a importância da avaliação e reelaboração do Projeto feita ao término de um período previsto. Pode-se iniciar pela análise da concretização da programação feita, em seguida partir para análise das necessidades (Foram supridas? Quais permanecem? Novas necessidades?) e se for preciso a retomada do Marco referencial.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fragilidade da democracia brasileira nos “salta aos olhos” nos últimos tempos. Os acontecimentos históricos mais recentes como o impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff em 2016, a prisão política do Ex-Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva em 2018, o avanço da chamada “Lei da Mordaza” em todo o país com a apresentação de diversos projetos de lei com o intuito de alterar a Lei de Bases da Educação demonstram o quanto é urgente repensar, reformular e reconstruir as práticas democráticas a partir das bases.

Paulo Freire em suas reflexões afirmava que a construção de uma nova sociedade brasileira, não está apenas na escola democrática, mas passa por ela, necessita dela, não se faz sem ela. A partir desta ideia elaborou-se este trabalho sobre Projeto Político Pedagógico e a educação popular.

Este trabalho de caráter inicial realizado no Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo – Três Passos/RS constatou que existem deficiências na gestão escolar democrática, apesar da legislação existente. O Projeto Político-Pedagógico é considerado um dos principais mecanismos da gestão democrática encontra-se desatualizado. Neste sentido questiona-se o papel dos/as gestores/as escolares – responsáveis pela coordenação e todas as atividades escolares, inclusive criar mecanismos e condições favoráveis para envolver todos os demais segmentos – pais e alunos/as; associação de bairro, entidades comunitárias, professores/as na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político- Pedagógico.

Outra questão a levantar é o papel da Gestão Educacional, apesar de ser tarefa da escola a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, ela solitariamente não consegue garantir condições necessárias a sua construção, implementação e avaliação, portanto essa responsabilidade carece ser compartilhada com todas as instâncias constituintes dos sistemas de ensino. Cabe, ao assistente técnico-pedagógico – membro da Secretaria Estadual de educação, em nosso caso, ajudar a criar condições institucionais da realização do Projeto Político-Pedagógico de cada escola, participando do processo de construção e desenvolvimento do mesmo, bem como subsidiar a capacitação de todos os segmentos na participação do planejamento escolar.

A estrutura do documento – Projeto Político-Pedagógico da escola em questão possui diversos elementos constituintes do Regimento Escolar, não

obedecendo a uma estrutura básica referencial do Projeto Político – Pedagógico de escola. Somente a partir da análise do documento ficou difícil identificar, por exemplo, como foi elaborado? Quem participou? As ideias predominantes contemplam as ideias de todos os segmentos escolares? Pois não encontra-se menções claras sobre estes aspectos –primordiais para elaborar uma proposta segundo o intuito deste trabalho. Todavia a continuidade da pesquisa poderia garantir respostas não adquiridas somente com análise do documento.

Ao identificar em que medida os pressupostos da Educação Popular estão presentes no documento em análise – Projeto Político-Pedagógico verificou-se que os mesmos estão presentes significativamente demonstrando que o legado de Freire continua a influenciar a escola pública brasileira na sua busca baseada na participação, liberdade de expressão, trabalho coletivo – estratégias da construção de uma sociedade democrática.

As limitações encontradas no documento em relação aos pressupostos da educação popular mostra-nos o quão é urgente recuperar o real papel da escola pública – espaço que ofereça a possibilidade de aprender a partir do diálogo, a realizar um leitura apropriada da realidade e a desenvolver a consciência crítica e comprometer-se com a transformação da realidade e do mundo.

A criação/recriação deste espaço passa necessariamente por um planejamento capaz de superar a dicotomia entre pensar e o fazer, ou seja, o planejamento precisa ser feito por aqueles/as que executarão a ação. Nesta perspectiva, a proposta elaborada para construção/reconstrução do projeto Político-Pedagógico do Instituto Estadual de Educação Érico Veríssimo baseia-se no diálogo com todos os segmentos escolares em todas as etapas desde a elaboração, execução e avaliação do mesmo, bem como parte das necessidades concretas sentidas pelo grupo que está a planejar.

Essa forma de planejamento baseada nos pressupostos da Educação Popular é uma forma de resistência a lógica gerencial imposta pelo Neoliberalismo aos sistemas educativos e as unidades escolares nos últimos anos. Apresenta-se como uma alternativa na medida em que através da ampliação da comunicação pelo diálogo estimula um processo de participação, de envolvimento, de troca de ideias, de propostas concretas voltado ao respeito e autonomia dos sujeitos participantes.

Acredita-se que não só seja um caminho de consolidação da autonomia da escola, mas também um exercício democrático no qual os/as participantes tornam-

se cidadãos/ãs mais conscientes e comprometidos/as do ponto de vista individual e também coletivo fornecendo-lhes ferramentas para atuação em outros espaços sociais reconstruindo desta feita a frágil democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Editora Arte e Ciência, 1998.
- BETINI, G.A. A construção do Projeto Político-Pedagógico da escola. In: **Revista Pedagógica Unipinhal**. São Paulo, v.1, n.3, p.37-44, Jan./Dez. 2005.
- BORELLI, E. Neoliberalismo e ONGs na América Latina. In: **Revista Aurora**. São Paulo, v.1, n.2, p. 12-17, Jun. 2008.
- BRASIL. (1996). **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9.394, de 1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e legislação correlata). 2. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 02 jul. 2017.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Geral da Presidência da República.(2014). **Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas**. Brasília, 2014. Disponível em: [http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/marco\\_de\\_referencia\\_da\\_educacao\\_popular.pdf](http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/marco_de_referencia_da_educacao_popular.pdf). Acesso em: 15 jun. 2017.
- COMUNIDADE EDUCATIVA CEDAC. **Projeto Político-Pedagógico**: orientações para o gestor escolar entender, criar e revisar o PPP. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.
- DRABACH, N.P.; MOUSQUER, M.E.L. Dos primeiros escritos sobre Administração Escolar no Brasil aos escritos sobre Gestão Escolar: mudanças e continuidades. In: **Currículo sem Fronteiras**. [S.l.] v.9, n.2, p. 258-285, Jul./Dez 2009.
- DRABACH, N.P. **Gestão Escolar Democrática e Gestão Gerencial: a confluência perversa**. 2010. 59 p. Monografia (Especialização em Gestão Educacional), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1657/Drabach\\_Nadia\\_Pedrotti.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1657/Drabach_Nadia_Pedrotti.pdf?sequence=1&isAllowed=y) . Acesso em: 16 jul. 2018.
- ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Projeto Político-Pedagógico: dimensões metodológicas**. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala\\_projeto\\_vivencial/unidade3.htm](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/unidade3.htm). Acesso em: 04 jan. 2018.
- ESQUINSANI, R.S.S.; SILVEIRA, C.L.A. Agendas da educação básica: gestão escolar e qualidade da educação. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. [S.l.], v.31, n.1, p.145-157, Jan./Abr. 2015.
- ESTORMONSKI, R.C. A expansão das parcerias público-privadas na educação: proposições na rede estadual do Rio Grande do Sul. In: **Revista Mosaico**. São José do Rio Preto, v.16, p.791-814, 2017.
- FLACH, S.F.; SAKATA, K.L.S. O princípio da gestão democrática na educação pública e sua efetivação no âmbito do sistema municipal de ensino de Ponta Grossa-

PR. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. [S.l.], v.32, n.2, p.549-569, Mai./Ago. 2016.

FORTUNA, V. A relação teoria e prática na educação em Freire. In: **Revista Brasileira de Ensino Superior**. Passo Fundo, v.1, n.2, p. 64-72, Out./Dez. 2015.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez,2001. (Coleção Questões de nossa época, v.23).

\_\_\_\_\_, P. **Educação e Mudança**. Tradução Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martín.12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

\_\_\_\_\_, P. **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP,2000.

\_\_\_\_\_, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d Água,1997.

\_\_\_\_\_, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Tradução de Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1986. (Coleção educação e comunicação, v.18).

GADOTTI, M. A Escola Cidadã frente ao “Escola sem partido”. In: **A Ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação. (Org.). São Paulo: Ação Educativa,2016.

GELATTI, L.D.; MARQUEZAN, L.I.P. Contribuições da Gestão Escolar para a qualidade da Educação. In: **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**. Santa Maria, v. 2, n.4, p.43-62, Jul./Dez. 2013.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação a distância). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017. 120 p.

GIL, A. C. **Estudo de caso: fundamentação científica, subsídios para a coleta de dados, como redigir o relatório**.1. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2009.

GOMES, M.B.; BAIROS, M. **Regimento Escolar e Projeto Político- Pedagógico: espaços para a construção de uma escola pública democrática**. Texto organizado para uso didático da Interdisciplina: Organização da Escola de Ensino Fundamental, do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1. ed. 2006-2008. Disponível em: [http://nead.uesc.br/arquivos/pedagogia/topicos\\_especiais\\_educacao\\_planejamento\\_e\\_avaliacao\\_educacional/regimento\\_escolar-texto%20referencia.pdf](http://nead.uesc.br/arquivos/pedagogia/topicos_especiais_educacao_planejamento_e_avaliacao_educacional/regimento_escolar-texto%20referencia.pdf). Acesso em: 15 abr. 2018.

GUEDES, G.B.B.; BARBALHO, M.G.C. Planejamento educacional e gestão democrática: dimensões política e instrumental no PAR. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. [S.l.], v.32, n.1, p.131-149, Jan./abr.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre bairros – Censo 2010 – segundo municípios do RS**. Três Passos,2010.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ÉRICO VERÍSSIMO. **Projeto Político-Pedagógico 2013-2015**. Três Passos,2013.

LORO, A.P. **Gestão Escolar e Projeto Político Pedagógico: possibilidades de democracia**. 2009.49 p. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Constantina ,2009. Disponível em: [http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/454/Loro\\_Alexandre\\_Paulo.pdf?sequencia=1](http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/454/Loro_Alexandre_Paulo.pdf?sequencia=1). Acesso em: 08 abr. 2018.

LÜCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes Editora, 2017. (Série: Cadernos de Gestão, v.1).

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.V. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas,2010.

MENEZES, S. **Educação no contexto globalizado neoliberal: descentralização da gestão escolar: texto de apoio da disciplina de Políticas Públicas e Gestão Escolar do Curso de Pós –Graduação em Gestão Educacional – EAD – Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, 2017.22p.

\_\_\_\_\_, S. **Política Educacional e Organização da Educação**: texto de apoio da disciplina de Políticas Públicas e Gestão Escolar do Curso de Pós- Graduação em Gestão Educacional- EAD – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2007.28p.

MORAIS,M.R.L.;SANTANA,J.V. ONGs e Neoliberalismo: reflexões sobre as estratégias e ações da FASE e SDDH no Estado do Pará. In: **Revista Sociedade em Debate**. Pelotas,v. 18,n.2,p. 55-67,Jul./Dez. 2012.

MOTTA, C.G.L.; ROMÃO, J.E.; PADILHA, P. Carta Escolar: Instrumento de planejamento coletivo. In: **Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED,1998. (Série de Estudos. Educação à distância, v.5).

NARDI, E.L. Itinerários da participação na gestão de escolas públicas de educação básica. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. [S.l.], v.31, n.3, p. 649-666, Set./Dez. 2015.

NETO, J.C.M.; OLIVEIRA, I.A. Contribuições da educação popular á pedagogia social: por uma educação emancipatória na Amazônia. In: **Revista Educação Popular**. Uberlândia, v.16, n.3, p.23 -35, Set./Dez. 2017.

NÓVOA, A. Desafios da Educação. [**Entrevista disponibilizada em 06/10/2014, a Internet**]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nj5WRKG00Tw>. Entrevista concedida a Fábio Eitelberg. Acesso em: 02 set. 2017.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

PENNA, F.A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Gaudêncio Frigotto. (Org.). Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PEREIRA, S.M.; ZIENTARSKI, C.; SAGRILLO, D.R. Projeto Político-Pedagógico: limites, contradições e desafios no processo de democratização da escola. In: **Educação Unisinos**. São Leopoldo, v.16.n. 2, p. 135-142, Maio/Ago. 2012.

POLI, O.L. Educação Popular e a questão da participação. In: **26ª Reunião Anual da ANPEd**, 2003. Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: ANDEp, 2003. Disponível em: [26reuniao.anped.org.br/trabalhos/odilonluizpoli.pdf](http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/odilonluizpoli.pdf). Acesso em: 13 fev. 2018.

RAMOS, M.S.; SANTORO, A.C.S. Pensamento Freireano em tempos de escola sem partido. In: **Inter- Ação**. Goiânia, v.42, n.1, p.140-158, Jan./Abr. 2017.

RIBEIRO, D. O. **Gestão Democrática – Projeto Político-Pedagógico**. 2014.78p. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10249/1/2014\\_DilzaOliveiraRibeiro.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10249/1/2014_DilzaOliveiraRibeiro.pdf). Acesso em 26 dez. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. (2012). **Parecer nº310/2012 do Conselho Estadual de Educação aprova o Regimento Escolar Padrão para o Ensino Médio Politécnico a ser adotado por escolas da Rede Pública Estadual**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: [http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/ens\\_med\\_regim\\_padrao\\_em\\_Politec\\_I.pdf](http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_regim_padrao_em_Politec_I.pdf). Acesso em: 16 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação. **Coletânea de Leis, Decretos e Atos Normativos da Educação Federal e Estadual**. 14ª Coletânea. Porto Alegre, 2016.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. Paracambi: FAETEC/IST, 2007. Disponível em:

[http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues\\_metodologia\\_cientifica.pdf](http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf). Acesso em: 16 set. 2017.

ROSA, R.M. **O papel do Diretor na Escola Cidadã**. 2004. 112 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Uberaba, Uberaba, 2004. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed\\_especial/subsidios\\_construcao\\_projeto\\_politico\\_pedagogico.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/subsidios_construcao_projeto_politico_pedagogico.pdf). Acesso em: 04 jan. 2018.

SANDER, B. Políticas Públicas e gestão da Educação no Brasil: Momentos de uma história em construção. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre, v.17, n.2, p. 263-276, Jul./Dez 2001.

SARMENTO, D.F.; MENEGAT, J.; RAMIREZ, V.L. Educação de qualidade e gestão pública: a construção do planejamento de uma secretaria de educação. In: **Revista**

**Brasileira de Política e Administração da Educação.** [S.l.], v.31, n.2, p.313-333, Mai./Ago. 2015.

SAUL, A. M. Políticas e práticas educativas inspiradas no pensamento de Paulo Freire: pesquisando diferentes contextos. In: **Currículo sem Fronteiras.** [S.l.], v. 14, n. 3, p. 129-142, Set./ Dez. 2014.

SERRA, M.A.C. **Projeto Político-Pedagógico – A construção coletiva da escola pública de qualidade.** 2001.63 p. Monografia (Especialista em Gestão Estratégica e Qualidade). Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/9/MARIO%20ANTONIO%20DA%20CUNHA%20SEERRA.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SIGNOR, P. **A auto (trans) formação permanente e a pedagogia de Educação Popular** :entrelaçamentos possíveis entre a práxis educativa escolar e a realidade dos estudantes. 2016. 243 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7265> . Acesso em: 13 fev. 2018.

SILVA, E. **Metodologia da Investigação em Educação: sessões teóricas.** Portugal: Universidade do Minho, 2011. Notas de aula.

SILVA, M. A. Do projeto político do Banco Mundial ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública Brasileira. In: **Caderno Cedes.** Campinas, v.23, n.61, p. 283-301, Dez 2003.

SILVA, S. D. **A influência neoliberal na educação.** 2010.46 p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2010. Disponível em: <https://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/SDS.2.2010.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

SOUZA, F. D. **Análise do Projeto Político- Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva.** 2009.158p. Dissertação (Mestrado em Educação- Área de Concentração: Educação Especial no Brasil) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91200>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SOUZA, R.A; CARNIELLI, B. L. Os efeitos do Projeto Político-Pedagógico na Gestão Escolar, segundo a concepção dos alunos. In: **Estudos em Avaliação Educacional.** [S.l.], n.28, p. 125-143, Jul./Dez 2003.

SULZBACH, C.P. **Projeto Político-Pedagógico: Desafios de Elaboração e Implementação em Escolas da Rede Municipal de Ensino de Chapecó – SC.** 2012.106p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2012. Disponível em: [http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/mestrado/cintia\\_dos\\_passos\\_sulzbach.pdf](http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/mestrado/cintia_dos_passos_sulzbach.pdf) Acesso em: 16 dez. 2017.

THIESEN, J.S. Currículo e Gestão Escolar: territórios de autonomia colocados sob a mira dos standards educacionais. In: **Currículo sem fronteiras.** [S.l.], v.14, n.1, p.192-202, jan./ abr, 2014.

TORRES, T. A. **Contribuições da Educação Popular e da Gestão Democrática para a construção do Projeto Político Pedagógico**.2014.73p. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria ,2014. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/biblioteca/pesquisa/registro.html;jsessionid=c6de1bbf1ce3197eb9177696dae5?idRegistro=439311>. Acesso em: 16 jun.2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de Dissertações e Teses:** estrutura e apresentação. Santa Maria: Editora da UFSM, 2015.88 p.

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento:** Projeto de Ensino- Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico.24. ed. São Paulo: Libertad Editora,2014. (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1)

VASCONCELLOS,C.S. **Planejamento:** Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 24. ed. São Paulo: Libertad Editora,2014. ( Cadernos Pedagógicos do Libertad;v.1)

VASCONCELOS, J.S.A escola, o autoritarismo e a emancipação. In: **A Ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa,2016.

VEIGA, I.P.A. Projeto Político- Pedagógico na escola: uma construção coletiva. In: **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. São Paulo: Papyrus,2002.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A - QUADRO SÍNTESE – ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ÉRICO VERÍSSIMO DE TRÊS PASSOS/RS.**

<b>PARTES DO DOCUMENTO</b>	<b>SÍNTESE DAS PARTES DO DOCUMENTO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
<b>Título: Projeto Político-Pedagógico 2013- 2015</b>		Desatualizado. O PPP deve passar por uma avaliação a cada período determinado e ser reconstruído a partir dos resultados da avaliação.
<b>1. Aspectos Legais</b>	Decretos de criação, reorganização, pareceres de autorização de funcionamento.	
<b>2. Breve Histórico da Escola</b>	Apresenta principais aspectos históricos a partir de uma linha do tempo que inicia em 1958 com o funcionamento do curso supletivo no Salão Paroquial da Matriz Santa Inês até a transformação em Instituto Estadual de Educação em 2000.	Nenhuma menção durante a descrição da trajetória histórica de reivindicações vindas de grupos comunitários atuantes ou parcerias com movimentos locais.
<b>3. Contextualizando a escola</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior escola pública do município de Três Passos;</li> <li>- Localizada próxima ao centro da cidade e a 800 m da BR 468;</li> <li>- Referência regional;</li> <li>- Nº de professores/as, funcionárias/os, alunos/as;</li> <li>- Estrutura física, modalidades de ensino;</li> <li>- Destaque em avaliações externas e programas federais – ENEM e Processo Seletivo – UFSM;</li> </ul>	Nenhuma referência a realidade do bairro – socioeconômica, religiosa, cultural, ao perfil dos/as alunos/as – local de nascimento, residência, realidade socioeconômica, e o perfil dos/as professores/as – formação, anos de atuação, vínculos...
<b>4. Fundamentação Teórica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição do PPP segundo Veiga (1998, p. 13-14);</li> <li>- LDB 9.394/96 – Art. 12,13,14;</li> <li>- Escola – objetivo de formar pessoas que tenham domínio do saber, compreensão crítica, do que fazer e co-responsáveis pela sua vida, dos outros e do planeta.</li> </ul>	Aparece claramente os objetivos da escola e indiretamente a concepção de escola que se possui.

<p><b>5. Fins, Objetivos e Concepções norteadoras</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Filosofia – Espaço permanente do saber – conhecimento – construção da cidadania = acesso à escola; conhecimento com qualidade social, permanência com aprendizagem, patrimônio cultural;</li> <li>- Concepção pedagógica – conhecimento da realidade – diálogo- práticas sociais – articulação entre trabalho e prática social = processo de humanização.</li> </ul>	<p>A filosofia da escola é elemento constituinte do Regimento Escolar. Aparece de forma indireta na concepção pedagógica a concepção de: Sociedade – passível de mudanças, baseada na ética, justiça social e fraternidade;</p>
<p><b>5.1 Da Escola</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apropriação, construção e reconstrução do conhecimento – relação teoria e prática;</li> <li>- Espaço educativo – prof., alunos/as, funcionários/as, pais e comunidade – perspectiva inclusiva;</li> <li>- Processo coletivo – escola libertadora através da autonomia política- pedagógica;</li> <li>- Conhecimento – intervenção na realidade;</li> <li>- Escola – direitos e deveres, exercício da cidadania, ética, responsabilidade, valores humanos;</li> <li>- Formação continuada para professores/as e funcionários/as da escola;</li> <li>- Princípios orientadores das práticas educativas = autonomia, democracia, conhecimento, escola, educação, formação continuada;</li> <li>- Concepções que norteiam a construção do PPP = participação, democracia, educação, conhecimento, desenvolvimento.</li> </ul>	<p>Pessoa – sujeito capaz de construir conhecimento e transformar a realidade.</p> <p>Distingue-se claramente nos objetivos da escola a concepção de: Educação – construção e reconstrução da cidadania e promoção do saber, preservando a identidade sócio histórica dos/as educandos/as e sua comunidade;</p> <p>Escola – espaço coletivo e inclusivo, de socialização e construção do conhecimento e de direitos e deveres, exercício da cidadania, ética, responsabilidade e valores humanos;</p>
<p><b>5.2 Objetivos e Finalidades da Educação Infantil</b></p>	<p>A Educação Infantil tem por objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar o desenvolvimento infantil- diferenças cognitivas, étnicas, culturais e sociais- ampliação dos conhecimentos – autonomia, cooperação, criticidade, responsabilidade, autoconceito positivo = formação da cidadania;</li> </ul> <p>Suas finalidades são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento biopsicossocial;</li> <li>- Apropriação do conhecimento e bens culturais da humanidade através do currículo interdisciplinar;</li> <li>- Desvelamento das desigualdades sociais, trabalhando os conflitos – transformação baseada em novo relacionamento ético, político e afetivo.</li> </ul>	<p>- Aprendizagem – Saber comum – prática social e problemas do cotidiano e problemas do cotidiano – ponto de partida para reflexão escolar e construção do conhecimento – saber elaborado.</p>

<p><b>5.3 Objetivos e Finalidades do Ensino Fundamental</b></p>	<p>O Ensino Fundamental tem por objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir e reconstruir o conhecimento, desenvolvendo suas habilidades e potencialidades – interagir e intervir na sociedade = cidadania;</li> <li>- Desenvolver as capacidades de ordem cognitiva, afetiva, física, ética, estética, relação interpessoal e inserção social;</li> <li>- Perceber-se como parte de uma comunidade, classe, grupos sociais – comprometimento com a vida social e coletiva;</li> <li>- Superar o individualismo atuando – cotidiano, vida política – levando em conta a dimensão afetiva;</li> </ul> <p>Suas finalidades são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorização da cultura de seu próprio grupo – respeito a pluralidade cultural;</li> <li>-Produção e utilização – múltiplas linguagens, expressões e conhecimentos históricos, sociais, científicos e tecnológicos;</li> <li>- Desenvolvimento da autonomia e sentimento de segurança – suas próprias capacidades;</li> </ul> <p>Formação de cidadãos – intervenção na realidade para transformá-la;</p>	<p>Os objetivos da escola e dos níveis e modalidade de ensino oferecidas são elementos do Regimento Escolar.</p>
<p><b>5.4 Objetivos e Finalidades do Ensino Médio/ Ensino Médio Politécnico</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidação e aprofundamento dos conhecimentos do Ensino Fundamental e prosseguimento dos estudos;</li> <li>- Consolidar noções sobre trabalho e cidadania – novas formas de existência social;</li> <li>- Formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico;</li> <li>- Compreensão dos processos produtivos.</li> </ul>	<p>Os objetivos e finalidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Politécnico, Normal e Educação Especial em consonância com a concepção de sociedade, pessoa, educação, escola e aprendizagem</p>
<p><b>5.4.1 Finalidade</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propiciar o desenvolvimento do/a educando/a;</li> <li>-Formação com foco – trabalho, ciência, cultura, tecnologia;</li> <li>-Exercício da cidadania e inserção no mundo do trabalho e estudos superiores.</li> </ul>	<p>Finalidade baseada no art. 2º da LDB 9.394/96</p>
<p><b>5.4.2 Perfil do aluno</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Autônomo, solidário, pesquisador;</li> <li>- Bom relacionamento: respeito, ética, responsabilidade, bom senso, iniciativa e criatividade;</li> <li>- Planejamentos adequados e significativos;</li> <li>- Consecução de projetos – diferentes áreas do conhecimento.</li> </ul>	<p>Perfil de acordo com a concepção de escola visualizada em diferentes partes do documento</p>

<p><b>5.5 Objetivos e Finalidades do Ensino Médio na modalidade Normal</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreensão das dimensões pedagógicas e administrativas do processo educativo; da complexidade educacional na relação teoria e prática; do processo educativo com sensibilidade, solidariedade, justiça, ética e cidadania, das diferentes relações teoria e prática, educador/a e educando/a no contexto escolar;</li> <li>- Sensibilidade pedagógica desenvolvida a partir da prática, fundamentada no conhecimento científico;</li> <li>- Leitura e reflexão sobre o cotidiano e os saberes historicamente acumulados- postura ética, consciente e transformação social com propostas de formação para a cidadania; - Ação pedagógica, escolar e social mediada pelo diálogo.</li> </ul>	
<p><b>5.6 Objetivos e Finalidades da Educação Especial</b></p>	<p>A escola oferece a Educação Especial – Educação inclusiva – modalidade que premeia todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O Atendimento Educacional Especializado – AEE- conjunto de serviços, recursos e estratégias específicas – processo de escolarização dos/as educandos/as que apresentam deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades nas turmas comuns do ensino regular.</li> </ul> <p>Sua finalidade é assegurar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Educação inclusiva – acesso, permanência com qualidade e participação dos/as alunos/as na escola – respeitando diferenças e atendendo suas necessidades;</li> <li>- Dignidade humana e a observância do direito do/a aluno/a = projetos de estudo, trabalho e inserção na vida social;</li> <li>- Busca da identidade própria de cada educando/a, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças, potencialidades, necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem = desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores;</li> </ul>	

<p><b>6. Organização escolar</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regime seriado anual – Educação básica e Curso Normal e Educação Profissional em etapas;</li> <li>- Currículo – Planos de Estudos = Competências, Habilidades, Conhecimentos= Diretrizes Curriculares Nacionais;</li> <li>- Objetivos, Finalidades, Competências, Habilidades, Conhecimentos – elaborado pelo coletivo de professores/as da escola em diferentes áreas do conhecimento;</li> <li>- Planos de Estudos – AEE-responsabilidade dos professores e dos auxiliares;</li> <li>- Planos de trabalho – parte integrante dos Planos de Estudos – elemento imprescindível de suporte pedagógico.</li> </ul>	<p>Baseada em normativas de âmbito federal e estadual.</p> <p>A primeira vista organização curricular hierárquica e não participação de todos os segmentos – gestores/as, professores/as, alunos/as, pais e comunidade local na sua elaboração. Só faz menção a questão curricular, sem especificar aspectos da estrutura organizacional, como por exemplo o tipo de gestão, a distribuição do poder, fundamentos regimentais, ou seja, não aparece claramente uma proposta de nova organização escolar.</p>
<p><b>6.1 Metodologia de Ensino</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Buscar e promover a participação efetiva dos/as educandos/as nos trabalhos através do resgate dos interesses e saberes já construídos;</li> <li>- Construção do conhecimento individual e coletivo através de trabalhos individuais e grupais, pesquisas, seminários, projetos extraclasse (Informática no ambiente escolar, contação de histórias);</li> <li>- Educação Especial em classes regulares – flexibilizada e diferenciada em diferentes áreas do conhecimento.</li> </ul>	<p>Em parte a metodologia de acordo com os objetivos da escola e de cada nível de ensino, mas pouca ênfase a relação teoria e prática – intervenção na realidade – aparece de forma fragmentada “Projetos Extraclasse”.</p>

<p><b>7. Avaliação da Aprendizagem</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo de construção e reconstrução da prática educacional diária;</li> <li>- Investigação, reflexão e planejamento da nova ação;</li> <li>- Diagnóstico contínuo e medidor de competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores que o/a educando/a constrói no decorrer de sua aprendizagem;</li> <li>- Avaliação do/a aluno/a da educação especial = processo dinâmico: conhecimento prévio e o nível atual, as possibilidades de aprendizagens futuras;</li> <li>- Ensino Fundamental e Médio – Avaliação Trimestral – notas 0 a 100 = 0 – 80 (Conhecer e Fazer) – 0 – 20 (Ser e conviver);</li> <li>- Educação Infantil e 1º, 2º, 3º ano do Ensino Fundamental – parecer descritivo ao final de cada trimestre letivo.</li> </ul>	<p>Todos os aspectos mais específicos relacionados a avaliação da aprendizagem como: recuperação, progresso parcial, classificação, controle de frequência entre outros são elementos constitutivos do Regimento Escolar.</p>
<p><b>7.1 Estudos de Recuperação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presente durante todo o processo educativo, não só provas, mas situações desafiadoras;</li> <li>- Atividades paralelas são planejadas são planejadas pelo professor – registro diário de classe.</li> </ul>	
<p><b>7.2 Conselho de Classe</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço de avaliação – reflexão da ação pedagógico-educativo – reconstrução das atitudes, procedimentos e metodologias de educadores/as e educandos/as;</li> <li>- Tomada de decisão coletiva – compromisso de mudanças de todos.</li> </ul>	
<p><b>7.3 Estudos prolongados</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alunos/as do 3º ano do Ensino Médio que não aprovaram em até duas disciplinas</li> </ul>	
<p><b>7.4 Progressão Parcial</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aluno/a reprovado/a em uma disciplina, a partir do 6º ano pode realizar estudo nas disciplinas que não obteve reprovação, sem necessidade de repetir de ano;</li> <li>- Ensino Médio Politécnico – aluno/a que obteve CPA (Construção Parcial de Aprendizagem) promovido ao ano seguinte, tendo que submeter-se ao PPDA (Plano Pedagógico de Apoio).</li> </ul>	
<p><b>7.5 Classificação do/a Aluno/a</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção – alunos/as com aproveitamento satisfatório e parcial;</li> <li>- Transferência – alunos/as de outras escolas, respeitando a avaliação da escola de origem;</li> <li>- Independente de escolarização anterior – mediante análise e avaliação das aprendizagens anteriores.</li> </ul>	
<p><b>7.6 Avanço</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avanço escolar – estratégia que oportuniza ao/a aluno/a com uma aprendizagem diferenciada avançar para a fase de estudo superior aquela em que se encontra matriculado/a;</li> <li>- Destina-se em especial para aqueles/as que tiveram reprovação no ano anterior;</li> <li>- Responsabilidade da escola.</li> </ul>	
<p><b>7.7 Controle de Frequência</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Frequência mínima – 75 %;</li> <li>- Professores/as registram a presença e</li> </ul>	

	ausência do/a aluno/a informando os dados a coordenação pedagógica.	
<b>7.8 Atividades Complementares de Infrequência</b>	- Atividades compensatórias – regime presencial com o objetivo de resgatar as aprendizagens que não foram realizadas no período previsto; - Registradas em lista de controle específica	
<b>8. Plano de Metas da Escola para o Triênio 2013-2015.</b>		
<b>1. Viabilizar o trabalho interdisciplinar através</b>	1.1 Reuniões periódicas por áreas de conhecimento e projetos interdisciplinares; 1.2 Parceria entre Escola e Universidades – UERGS, UNIJUI, URI, SETREM, UFSM, IFF – assessoramento pedagógico; 1.3 Redução dos instrumentos avaliativos, mantendo o foco na qualidade e não quantidade; 1.4 Adequação de duas salas para planejamento.	Praticamente ausência de metas relacionadas ao respeito a valores, atitudes e mudança de comportamentos afastando-se dos objetivos propostos.
<b>2. Formação para professores e funcionários</b>	2.1 Na escola, com calendário anual e temas definidos pelo grupo de professores e funcionários de acordo com as necessidades. Inicialmente trataremos sobre o processo de construção e avaliação da aprendizagem; 2.2 Manutenção e ampliação de projetos já existentes: gincanas nos três turnos, Minha escola lê, escritor na escola, elaboração de livros... 2.3 Continuar trazendo para a escola: teatro, museu de astronomia, física para todos....	
<b>3. Orientação quanto a importância do conhecimento</b>	3.1 Orientações da Equipe gestora e pedagógica nas turmas – perspectivas que o ensino de qualidade traz; 3.2 Continuar alertando sobre o perigo das redes sociais e o bom uso destes recursos através de palestras; 3.3 Cumprir a Lei Estadual nº 12.884/2008 em relação ao uso do celular, o qual atrapalha a aprendizagem dos/as alunos/as.	
<b>4. Relatório digitalizado de cada aluno/a</b>	4.1 A coordenação/orientação terá: foto, endereço, responsáveis e o dia a dia do/a aluno/a (atrasos, saídas, relatos dos/as professores/as, conversas com a coordenação, comunicado aos pais) – informações serão analisadas no conselho de classe e acrescidas nos relatos dos/as mesmos/as; 4.2 Controle de frequência preenchida pelo líder da turma e verificada pelo/a professor/a – planilha de faltantes, atrasados/as ou se ausentarem da escola – rápida intervenção; 4.3 Acompanhamento do desempenho escolar. No final do trimestre e durante – quando necessário a equipe gestora/pedagógica realizará intervenções diretas com aluno/a e pais; 4.4 Acompanhamento efetivo da	
		Ênfase demasiada as atividades permanentes ou rotineiras

	coordenação pedagógica – junto aos/as professores/as e alunos/as – nos projetos de seminário integrado do Politécnico;		
	4.5 Implantar um projeto de recuperação aos/as alunos/as com dificuldades de aprendizagem;	Utiliza como único critério de qualidade as avaliações externas.	
	4.6 Participar de avaliações externas estipulando-as como um parâmetro de qualidade no processo de ensino aprendizagem;		
	4.7 Apoiar atividades como teatro, dança, música, canto;		
	4.8 Elaborar um Projeto Pedagógico para acompanhar a passagem dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino fundamental – dificuldades de adaptação nesta fase;		
	4.9 Implantar projetos de formação e motivação – alunos/as do noturno – sentir-se mais estimulados para o estudo;		
	4.10 Apoiar as atividades e projetos do Curso Normal e Técnico em Comércio;		
	4.11 Incentivar a criação de um novo Curso Técnico Pós – Médio;		
	4.12 Apoiar e fomentar as atividades do Grêmio Estudantil;		Envolvimento da comunidade local não aparece;
	4.13 Continuar investindo na Banda da escola, divulgando seu trabalho para outros municípios da região;		
	4.14 Reorganizar, incentivar e acompanhar o esporte em suas diversas modalidades, tornando o processo mais funcional;		
	4.15 Ampliar o acervo da biblioteca com livros, filmes e documentários;		
	4.16 Oferecer jornais e revistas periodicamente na sala de aula;		
	4.17 Facilitar a utilização dos equipamentos multimídia aos/as professores/as, funcionários/as e alunos/as, solicitando a 21ª CRE recurso humano capacitado;		
	4.18 Acompanhar a execução do Plano de Necessidade de Obras (PNO) relativo aos projetos de ampliação dos espaços da escola com objetivo de melhor desenvolver a proposta pedagógica;		Não aparece diretamente ações de intervenção social (conhecimento-análise – intervenção) como menciona-se diversas vezes nos objetivos propostos.
	4.19 Continuar investindo em tecnologias que favoreçam um espaço propício ao processo de ensino aprendizagem, iniciando pela climatização das salas do prédio III e IV;		
	4.20 Ampliar a estrutura das mesas e bancos nos pátios da escola, tornando-os ambientes adequados ao estudo, leitura, aulas específicas, integração e convívio com os/as alunos/as;		
	4.21 Aumentar as arquibancadas e fazer o polimento da quadra do meio;		
	4.22 Melhorias nos banheiros da Educação Infantil.		
<b>5. Ações para garantir a inclusão e permanência de</b>	5.1 Proporcionar maior integração entre AEE e os/as professores/as da sala regular;		

<b>alunos/as com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social</b>	5.2 Melhorar o espaço físico para o Atendimento Educacional Especializado;	
	5.3 Proporcionar acompanhamento aos/as alunos/as em situação de vulnerabilidade social, realizando as intervenções junto ao/a mesmo/a e a família e, quando necessário, encaminhar órgãos competentes; 5.4 Estimular a participação destes/as alunos/as nas atividades escolares, principalmente as de cunho artístico e de integração; 5.5 Melhorar a acessibilidade nos diferentes aspectos.	
<b>6. Ações para estimular a participação efetiva da comunidade e do Conselho escolar nas atividades da escola</b>	6.1 Buscar novas formas de envolvimento dos pais na escola = melhorar aprendizagem dos/as alunos/as – encontros de formação com especialistas; 6.2 Continuar a manter contato direto/transparente com a comunidade = relacionamento harmonioso – pais percebam a importância na concretização de uma escola de qualidade; 6.3 Parceria entre a escola e a família: - reuniões no início do ano; conversações entre pais e professores trimestralmente; conversa com pais e alunos/as com a equipe gestora/pedagógica se o desempenho não tiver bom; contatos frequentes com as famílias por iniciativa da escola ou da própria família; 6.4 Realizar visitas a famílias de alunos/as em situação especial de dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social; 6.5 Proporcionar, quando for pertinente, a participação da comunidade em atividades escolares previstas no calendário escolar; 6.6 Reativar e dinamizar o site da escola e incentivar a criação de blogs, entre outros mecanismos de divulgação, inclusão e comunicação digital; 6.7 Garantir a participação da comunidade escolar no Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP-RS; 6.8 Discutir com o Conselho escolar, COM, Caixa Escolar as aplicações financeiras pertinentes a cada órgão representativo; 6.9 Continuar e ampliar a participação na campanha Nota fiscal gaúcha adaptando-se ao novo formato; 6.10 Articular as ações do Conselho escolar para definir as prioridades relacionadas as questões administrativas, financeiras e pedagógicas, vem como relacionadas a manutenção e investimentos necessários a qualificação do ambiente escolar.	Percebe-se a comunidade local não participante ativa na escola, reduzindo-a expectadora.
<b>9. Avaliação do Projeto Político-Pedagógico</b>	O Projeto Político Pedagógico será avaliado pelos segmentos que compõe a comunidade escolar anualmente, verificando as metas que foram ou não alcançadas.	

Fonte: ROSA,2004; SERRA,2001; VEIGA,2002; GOMES E BAIRROS,2006-2008; RIO GRANDE DO SUL,2012; ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

**APÊNDICE B - QUADRO SÍNTESE – O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ÉRICO VERÍSSIMO DE TRÊS PASSOS/RS E OS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR.**

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR				
	Diálogo	Conscientização	Transformação da realidade e do mundo	Partir da realidade	Construção do conhecimento e Pesquisa participante
1.Aspectos Legais					
2. Breve Histórico da escola					
3.Contextualizando a escola					
4. Fundamentação teórica					
5. Fins, Objetivos e Concepções norteadoras					
5.1 Da Escola					
5.2 Objetivos e Finalidades da Educação Infantil					
5.3 Objetivos e Finalidades do Ensino Fundamental					
5.4 Objetivos e Finalidades do Ensino Médio/ Ensino Médio Politécnico					
5.4.1 Finalidade					
5.4.2 Perfil do/a aluno/a					
5.5 Objetivos e Finalidades do Ensino Médio na Modalidade Normal					
5.6 Objetivos e Finalidades da Educação Especial					
6. Organização escolar					
6.1 Metodologia de Ensino					
7. Avaliação da Aprendizagem					
7.1 Estudos de recuperação					
7.2 Conselho de Classe					
7.3 Estudos prolongados					
7.4 Progressão parcial					
7.5 Classificação do/a aluno/a					
7.6 Avanço					
7.7 Controle de frequência					

7.8 Atividades complementares de Infrequência					
8. Plano de Metas da Escola para o triênio 2013-2015					
1. Viabilizar o trabalho interdisciplinar através:					
2. Formação para professores e funcionários					
3. Orientação quanto à importância do conhecimento					
4. Relatório digitalizado de cada aluno/a					
5. Ações para garantir a inclusão e permanência ou em situação de vulnerabilidade					
6. Ações para estimular a participação efetiva da comunidade e do Conselho Escolar nas atividades da Escola					
9. Avaliação do Projeto Político Pedagógico					



Contemplado



Parcialmente contemplado



Não contemplado